

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO - UNDB
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LUANA DE PAIVA COIMBRA BUNA

ARQUITETURA PENITENCIÁRIA: Análise da ala feminina do Complexo Penitenciário
de Pedrinhas em São Luís - MA

São Luís

2020

LUANA DE PAIVA COIMBRA BUNA

ARQUITETURA PENITENCIÁRIA: Análise da ala feminina do Complexo Penitenciário
de Pedrinhas em São Luís - MA

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Prof. Me. Lena Brandão.

São Luís

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Buna, Luana de Paiva Coimbra

Arquitetura penitenciária: análise da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís - MA. / Luana de Paiva Coimbra Buna. __ São Luís, 2020.

67f.

Orientador: Profa. Ma. Lena Carolina Andrade F. R. Brandão.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

1. Arquitetura - projetos. 2. Penitenciária - projetos e construção.
3. Sistema carcerário - Brasil. I. Título.

CDU 725.6-055.2(812.1)

LUANA DE PAIVA COIMBRA BUNA

ARQUITETURA PENITENCIÁRIA: Análise da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís - MA

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: ____/____/2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Lena Caroline Andrade Fernandes Ribeiro Brandão (Orientadora)

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

1º Avaliador

2º Avaliador

Dedico este trabalho à memória de minha mãe.
Lúcia Regina de Paiva Coimbra, pela grande
colaboração, incentivo e por seu apoio
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha amada mãe, Lúcia Regina, por toda sua dedicação, por sempre estar ao meu lado e me apoiar imensamente em tudo.

A minha família que me apoiou e incentivou bastante durante todos os anos de faculdade, em especial a minha tia Célia Cristina e a minha madrinha Rosy Ane por me apoiarem e incentivarem a fechar esse ciclo tão importante.

A minha orientadora Lena Brandão, pelo suporte e incentivo durante esse pouco tempo de produção.

A todos os grandes amigos que me apoiaram e ajudaram a finalizar essa etapa, em especial a minha prima Ellen Crystina e amigos Suellen Oliveira, Lorena Ferreira, Ana Catarina e Artur Pinheiro.

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez.”

Jean Cocteau

RESUMO

As penitenciárias brasileiras em geral possuem uma arquitetura baseada nas necessidades dos homens, visto que são a maioria dos detentos mundialmente, mas ao se falar de um ambiente para mulheres presas nem sempre existe uma adaptação de necessidades e as mesmas passam por situações terríveis que vão da falta de disponibilidade de objetos para higiene pessoal até a ausência de ambientes fundamentais como berçários e creches, fazendo com que as detentas grávidas sejam forçadas a abandonar seus filhos pouco tempo após o nascimento. O estudo de caso apresentado nesse trabalho foi feito na ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís - MA, onde foi analisado o projeto arquitetônico do local com o intuito de identificar os principais acertos e erros do projeto, analisando também a visão que os funcionários possuem do local, através de questionários, para que fosse possível a obtenção de soluções que ajudassem a melhorar a edificação e que pudesse ser uma base para outras reformas ou na construção de novas penitenciárias.

Palavras-chave: Arquitetura Penitenciária. Sistema Carcerário. Penitenciária Feminina. Penitenciária de Pedrinhas.

ABSTRACT

Brazilian prisons in general have an architecture based on the needs of men, as they are the majority of inmates worldwide, but when talking about an environment for female prisoners there is not always an adaptation of needs and they go through terrible situations ranging from lack of availability of personal hygiene items until the absence of fundamental places such as nurseries and daycare centers, causing pregnant prisoners to be forced to abandon their children shortly after birth. The case study presented in this work was done in the female wing of the Pedrinhas Penitentiary Complex in São Luís - MA, where the architectural design of the place was analyzed in order to identify the main successes and errors of the project, also analyzing the vision that employees have of the place, through questionnaires, so that it was possible to obtain solutions that would help to improve the building and that could be a basis for other reforms or in the construction of new penitentiaries.

Keywords: Penitentiary Architecture. Prison System. Women's Penitentiary. Pedrinhas Penitentiary.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 – Prisão de segurança máxima Scheveningen, na Holanda | 19 |
| Figura 2 – População carcerária por gênero: feminina (rosa), masculina (azul)..... | 20 |
| Figura 3 – Encarceramento feminino anual..... | 20 |
| Figura 4 – Prisão Apac no Espírito Santo. Considerada prisão-modelo no Brasil..... | 25 |
| Figura 5 – Modelo de layout ideal para celas sem risco de contaminações entre detentos..... | 29 |
| Figura 6 – Modelo de layout utilizado atualmente pelas prisões brasileiras | 30 |
| Figura 7 – Imagem das gravações do experimento de aprisionamento de Stanford | 31 |
| Figura 8 – Foto externa da ala feminina da Penitenciária de Pedrinhas..... | 35 |
| Figura 9 – Presídio de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão..... | 37 |
| Figura 10 – Ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís - MA..... | 39 |
| Figura 11 – Construção do presídio de segurança máxima em Porto Velho..... | 40 |
| Figura 12 – Quadro do Fluxo de Determinantes Sociais..... | 44 |
| Figura 13 – Gráfico de Entrevista à Detentas sobre Maternidade..... | 45 |
| Figura 14 – Área de Circulação da Saúde | 46 |
| Figura 15 – Área de Circulação de Creche..... | 47 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1 – Normas ABNT presentes na Resolução nº 9, 18 de setembro de 2011 | 42 |
| Tabela 2 – Princípios do Manual da Mulher Presa | 43 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| CNPCP | Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UNDB | Unidade de Ensino Superior Dom Bosco |
| UPRF | Unidade Prisional Feminina |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1. Hipóteses | 15 |
| 1.2. Objetivos | 16 |
| 1.2.1. Geral..... | 16 |
| 1.2.2. Específicos | 16 |
| 1.3. Justificativa | 16 |
| 1.4. Metodologia..... | 17 |
| 1.5. Estrutura do Trabalho..... | 17 |
| 2. SISTEMA PRISIONAL..... | 19 |
| 2.1. Sistema Carcerário Brasileiro..... | 21 |
| 2.1.1. A Prisão Brasileira | 21 |
| 2.1.2. Prisão-Modelo Apac | 24 |
| 2.2. Arquitetura Penitenciária..... | 26 |
| 2.2.1. Surgimento das Prisões | 26 |
| 2.2.2. As Penitenciárias Atuais | 27 |
| 2.3. Penitenciárias Femininas..... | 32 |
| 3. A PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS | 35 |
| 3.1. Histórico | 36 |
| 3.2. Ala Feminina..... | 38 |
| 4. AVALIAÇÃO DO PROJETO | 40 |
| 4.1. Diretrizes para Projeto de Penitenciária..... | 41 |
| 4.1.1. Normas Gerais | 41 |
| 4.1.2. Especificidades da Ala Feminina..... | 43 |
| 4.2. Análise Projeto Arquitetônico..... | 46 |

| | |
|---|-----------|
| 4.2.1. Descrição das Áreas Internas | 46 |
| 4.2.2. Avaliação Técnico-Construtiva e Funcional..... | 47 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES | 49 |
| 5.1. Metodologia Utilizada | 49 |
| 5.2. Ferramentas de Análise | 50 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS | 53 |
| APÊNDICES | 55 |
| ANEXOS | 66 |

1. INTRODUÇÃO

É possível notar no sistema carcerário brasileiro diversas falhas no projeto das penitenciárias, seja por problemas posteriores à elaboração do projeto como as superlotações (onde o projeto idealizado não chegou a prever o grande aumento de presidiários), seja por ambientes mal projetados que não atendem às necessidades dos usuários ou até mesmo pela mudança das necessidades dos usuários no decorrer do tempo.

Muitas vezes durante a elaboração de um projeto são criados espaços próprios para o desenvolvimento de certas atividades diárias, mas que em certos casos pelo fato de alguns ambientes serem projetados desnecessariamente ou até mesmo de maneira errônea leva a uma mudança na forma de uso do mesmo ou até a não utilização dele.

No Brasil é possível encontrar diversas penitenciárias em péssimo estado, com relação à infraestrutura, onde os detentos se deparam com ambientes até mesmo desumanos. Porém, apesar de serem poucas, existem também prisões-modelo no país onde a forma na qual foram projetadas e o sistema utilizado nas mesmas podem servir como base para o aprimoramento das demais. As soluções encontradas por essas prisões-modelo servem como diretrizes para a evolução das atuais prisões, onde os detentos vivem em situações caóticas, ajudando a trazer mais humanidade a esses locais.

Dessa forma, é possível questionar: as instalações físicas da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas atendem atualmente aos requisitos normativos e às questões dos direitos humanos?

1.1. Hipóteses

Parte-se da hipótese que um projeto ao ser idealizado possui usos específicos para cada ambiente, porém, os usuários que ocupam o local projetado muitas vezes transformam esses ambientes concedendo novos usos a eles, seja por uma nova necessidade ou pelo fato de que o projeto entregue não atendeu completamente às exigências desses clientes e com isso foi necessária tal mudança.

Ao analisar as instalações físicas da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas através da coleta de dados foi possível identificar os usos atuais de cada ambiente e assim fazer uma avaliação sobre como o projeto foi idealizado, podendo assim analisar as

mudanças feitas pelos usuários, além de também poder identificar qual foi a necessidade que levou a tais mudanças.

Foi possível também identificar os principais erros e acertos do projeto e assim analisar possíveis soluções que resolveriam tais problemáticas. O projeto da penitenciária atende tanto aos requisitos normativos quanto às questões dos direitos humanos, por tanto, ao idealizar tais ambientes houve a intenção de proporcionar locais que possuem dignidade e que promovem a mudança social.

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

Realizar uma análise do projeto da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís – MA, levantando aspectos relacionados às instalações físicas, exigências normativas e questões relacionadas aos direitos humanos.

1.2.2. Específicos

- a. Estudar o histórico da ala feminina e últimas reformas realizadas;
- b. Caracterizar os usuários e as principais atividades desenvolvidas em cada ambiente;
- c. Avaliar o desempenho funcional da edificação;
- d. Analisar a flexibilidade dos ambientes e os possíveis rearranjos espaciais;
- e. Reconhecer os conflitos dos usuários acerca dos usos atuais da penitenciária.

1.3. Justificativa

As prisões e penitenciárias brasileiras ainda são construídas com base em um modelo que não se adequa às necessidades atuais. Visto que a superlotação é um dos maiores problemas enfrentados pelo sistema carcerário é necessário que sejam projetados ambientes de detenção diferentes de acordo com as necessidades de cada local.

A arquitetura tem uma função social de acolhimento, de resgate da dignidade e promoção do bem-estar o que pode contribuir para uma forma mais digna e humana de projetar prisões. Assim, é possível analisar quais modelos de prisões obtiveram sucesso tanto no Brasil

quanto no mundo e ao identificar as principais soluções encontradas buscar uma forma eficaz de trazê-las para a realidade local.

A avaliação dessa edificação, analisando suas instalações, vem como uma forma de identificar o motivo pelo qual a maioria das penitenciárias não estão adequadas para uso e assim poder apontar soluções que ajudariam a suprir tais problemas. Esta análise pode contribuir para a melhoria no bem-estar dos usuários da penitenciária servindo como diretriz para reformas futuras ou ainda para a construção de novas penitenciárias femininas.

1.4. Metodologia

A metodologia utilizada foi determinada para que fosse possível a obtenção da maior quantidade de informações sobre o Complexo Penitenciário de Pedrinhas através de pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, pesquisas de campo e estudos de caso, para que então seja possível ser feita uma análise dos usos de tal local.

Nesta pesquisa foram utilizados principalmente dados qualitativos, analisando a função da estrutura com base nas diretrizes apresentadas e nos autores mencionados, além de identificar a satisfação dos funcionários através de questionários online. Foi previamente determinado que o local de estudo escolhido seria a ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís – MA.

Para que fosse possível a obtenção de bons resultados nesta pesquisa, foi necessária a aplicação de uma metodologia onde a coleta dos dados é feita de forma direcionada buscando formas mais flexíveis para solucionar os problemas existentes. Nesta pesquisa foram utilizados os recursos de:

- a. Levantamento bibliográfico;
- b. Aplicação de questionários;
- c. Análise projetual.

1.5. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, onde o primeiro consiste na introdução estando inserido: contextualização e frase problema do assunto abordado, hipóteses, objetivos, justificativa, metodologia e estrutura do trabalho. O segundo capítulo aborda sobre o

sistema carcerário brasileiro, apresentando a origem das prisões, a evolução das mesmas no decorrer dos anos e apontando ainda os motivos pelos quais foram necessárias tais mudanças.

O terceiro capítulo consiste da apresentação da Penitenciária de Pedrinhas, apontando primeiramente o seu histórico e em seguida será realizada uma análise sobre a penitenciária feminina no Brasil, evidenciando as maiores dificuldades que as mulheres passam em prisões e será feita a análise do Complexo Feminino, local utilizado como base para a pesquisa deste trabalho.

No quarto capítulo serão apresentadas as diretrizes para projetos de penitenciária e em seguida será feita uma análise sobre o projeto atual do Complexo Feminino de Pedrinhas. No quinto capítulo serão apresentadas as pesquisas e os resultados encontrados com base na metodologia utilizada. O sexto capítulo abordará sobre as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

2. SISTEMA PRISIONAL

Mundialmente as prisões são vistas como um grande problema a ser corrigido e consideradas algo sem solução para diversos países, porém, países como Noruega e Holanda são considerados referências internacionais por serem um dos poucos casos de sucesso que mantem um baixo nível de encarceramento além de possuírem um tratamento mais humano com seus detentos.

Figura 1 – Prisão de segurança máxima Scheveningen, na Holanda.



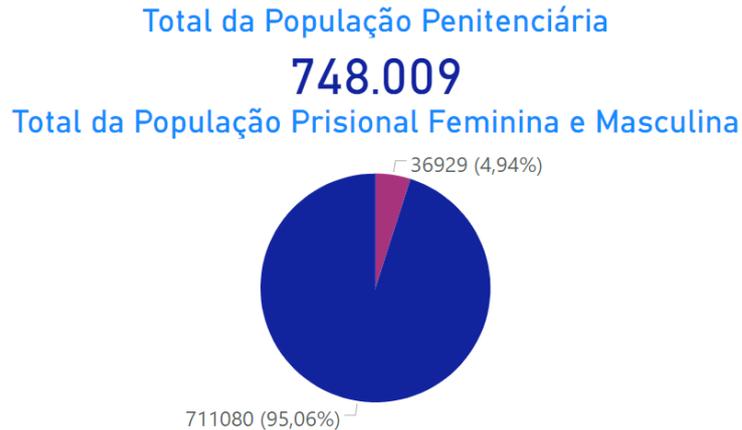
Fonte: Politize!, 2017.

Segundo Bruno André, editor do site Politize!, em uma publicação para o site sobre sistemas prisionais em outros países afirmou que tanto a Noruega quanto a Holanda possuem sistemas prisionais mais liberais onde os prisioneiros podem fazer diversas atividades como: praticar esportes, tocar instrumentos, assistir televisão, cozinhar, entre outras.

Além disso, a edificação possui ambientes comuns para a distração dos detentos como bibliotecas e amplas áreas verdes, um ambiente completamente diferente do que temos no Brasil onde a superlotação de celas é um dos maiores problemas causando ambientes degradantes aos prisioneiros.

Porém, existem diversos outros dilemas além do sistema inadequado nos demais países, sendo um deles a situação da mulher na prisão que por muito tempo passou despercebida por se tratar de uma minoria nesse ambiente e por isso foi conduzida por bastante tempo sem ter a atenção necessária, mas que nos últimos anos tem conseguido um certo avanço.

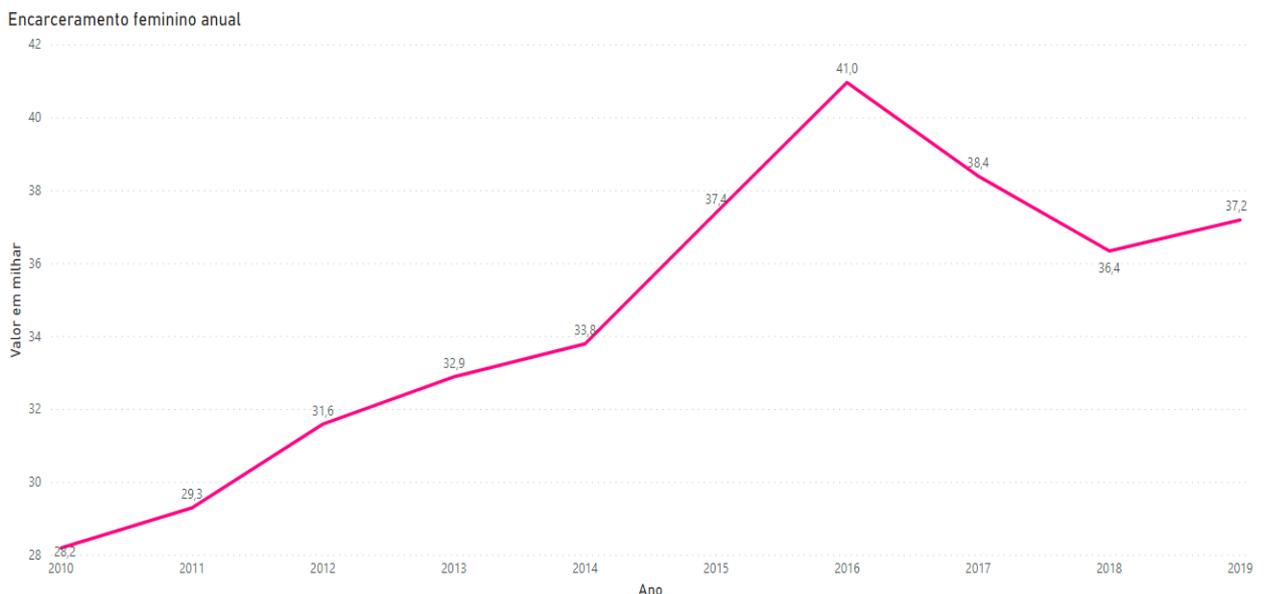
Figura 2 – População Carcerária por Gênero: Feminina (Rosa), Masculina (Azul).



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

Segundo o departamento penitenciário nacional, no Brasil a população carcerária é em sua maioria masculina e tanto o sistema quanto as edificações refletem isso, já que não há uma adaptação para mulheres que necessitam de ambientes diferentes dos homens. Além disso, de 2010 a 2019 o número de mulheres encarceradas aumentou bastante, fazendo com que fosse necessária a construção de locais próprios e adequados somente para as mulheres.

Figura 3 – Encarceramento Feminino Anual.



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

2.1. Sistema Carcerário Brasileiro

2.1.1. A Prisão Brasileira

No Brasil houve um grande aumento da população prisioneira principalmente nos últimos anos, tendo como consequência a superlotação das celas prisionais e assim não atendendo principalmente às exigências do artigo 5 dos direitos humanos, que segundo a ONU Brasil afirma que: “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Com a superlotação o ambiente carcerário se torna completamente inadequado apresentando um estado de completa insalubridade, além de fazer com que os prisioneiros passem por situações precárias e desumanas:

O Brasil teve um aumento na população carcerária de 267,32% nos últimos quatorze anos, segundo dados divulgados em 26/4 pelo Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), no relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Além disso, o país excede a média mundial no que diz respeito ao número de presos por habitantes. Atualmente, temos 306 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, enquanto no mundo a média é de 144 para cada 100 mil. (NOVO, 2017)

Além disso, o envolvimento dos prisioneiros com organizações criminosas e a falha dos profissionais na vigilância do local, de acordo com o advogado Benigno Núñez Novo em seu artigo “Sistema Carcerário Brasileiro”, são os maiores problemas encontrados nas penitenciárias brasileiras atualmente.

Ainda segundo Novo, o sistema carcerário do Brasil permite que se tenham quatro tipos de unidades prisionais disponíveis, sendo as mesmas:

- a. As Penitenciárias: que são previstas para a custódia de prisioneiros que estejam em regime fechado;
- b. As Cadeias Públicas: que também atendem somente prisioneiros em regime fechado;
- c. As Colônias (agrícolas, industriais ou similares): que abriga os presos em regime semiaberto;
- d. A Casa do Albergado: abrigando prisioneiros em regime aberto.

O sistema penitenciário, tal como ele existe na sociedade capitalista, principalmente aqui no Brasil, é extremamente cruel, não só porque confina fisicamente o homem, sem que esse homem possa compreender o problema da liberdade, senão em relação à sua locomoção física, mas ele destrói a subjetividade do homem, no sentido de não lhe oferecer nenhuma possibilidade de racionalização da situação em que se encontra. (NOVO, 2017)

Benigno Novo também afirma que o sistema adotado no Brasil apenas confina o preso em um espaço onde o mesmo entra em contato com diversos outros detentos, não há na prática uma separação definitiva dos mesmos, fazendo com que uma pessoa presa por um pequeno delito se associe a organizações criminosas e venha a cometer crimes cada vez mais graves futuramente, sendo esse o motivo pelo qual a prisão acaba sendo conhecida popularmente como “a escola do crime”.

Além dessa mistura entre os detentos o sistema carcerário também não permite uma ressocialização eficaz dos mesmos, a maior parte dos detentos que cumprem suas sentenças acabam voltando à criminalidade visto que a escolaridade e o trabalho nas prisões ainda são pouco explorados, poucos são os locais de detenção possuem programas de ensino e de trabalho em funcionamento e eficazes para os detentos.

Como é descrito por Novo em seu artigo “A Educação Prisional no Brasil” a ideia de que a prisão transformaria o detento para que o mesmo cumpra sua pena e consiga se reestabelecer perante a sociedade é uma ideia falha, visto que na maioria das prisões não existem métodos ou programas que possam garantir a reintegração dos mesmos. Com o tempo foi possível perceber que ao saírem das detenções o comportamento dos ex-prisioneiros tende a não mudar ou até mesmo piorar.

A situação das penitenciárias brasileiras é bastante precária principalmente com relação ao ambiente ou arquitetura em que estão inseridas, assim como o sistema carcerário atual e o problema da superlotação. Porém, essa dificuldade é aumentada para as mulheres que estão inseridas nesse ambiente, além dos problemas gerais elas ainda precisam se preocupar com a situação dos filhos, gravidez, emocional, necessidades biológicas, entre outros:

Em 1991, O Instituto da UNESCO para a Educação (IUE), lançou um projeto para investigar e promover a educação nas prisões tendo como público alvo os adultos sentenciados e encarcerados. Uma das metas do projeto consistia em contribuir para o desenvolvimento do potencial humano que se restringia devido às desvantagens sociais(...) O relatório da UNESCO (1993: p. 60) indica que os prisioneiros são geralmente jovens, entre 18 a 25 anos. A maioria é constituída por homens, e a presença feminina nas prisões varia entre 2% e 7% da população total prisional. A mulher é uma minoria na prisão, tanto em número quanto em visibilidade. As recomendações de estudos prisionais indicam a necessidade de não continuar ignorando as necessidades de perfil prisional das mulheres apenadas. (NOVO, 2017)

Novo também afirma em seu artigo que é visivelmente mais difícil para as mulheres estarem presas e que apesar de o Brasil não possuir um número alto de detentas elas precisam de mais atenção e isto não é avaliado pelo sistema. Apesar de haver uma necessidade maior elas são tratadas da mesma forma que os homens e os poucos avanços que são feitos com relação às necessidades das mesmas não são suficientes para sanar tal problema.

Além dos empecilhos na forma de tratamento das detentas, na maioria das prisões femininas brasileiras existem também os problemas voltados para o projeto das edificações, que por serem em sua maioria inadequados não possuem todos os ambientes primordiais para a permanência de diversas mulheres por diferentes períodos de tempo.

Ao analisar as edificações atuais das penitenciárias femininas é possível ver a falta de berçários ou creches por exemplo, podendo ser um erro tanto no projeto quanto na execução (depende de cada caso), o que se torna um dos principais pontos a serem analisados nos projetos de penitenciárias femininas existentes. Além disso, há também problemas voltados a higiene pessoal onde muitas detenções não possuem até mesmo absorventes, fazendo com que haja uma grande dificuldade de convivência da mulher no local.

Novo também afirma que um dos fatores que levam mulheres para a prisão é o tráfico de drogas, visto que a maioria das detentas estão presas devido a esse problema, o tráfico também é um dos responsáveis pela superlotação das penitenciárias. Sendo assim, é possível afirmar que a presença da mulher em crimes hediondos é muito pequena, mas mesmo assim em certas prisões não é feita uma divisão entre esses crimes e os pequenos delitos fazendo com que se tenha uma grande mistura de detentos.

Segundo Novo, as prisões foram criadas para que houvesse uma humanização das penalidades que os criminosos sofriam, porém, essa humanização completa ainda não foi encontrada visto que as prisões brasileiras são feitas para manter o cidadão que cometeu qualquer tipo de crime longe da sociedade, sem nenhum cuidado com o modo como ele voltará para a mesma tanto mentalmente quanto fisicamente e também sem uma visão de como isso afetará o convívio dele com a sociedade:

As prisões que surgiram como forma de humanização das penas na verdade acabaram por se tornar um depósito de lixo humano. (...) Verificamos, assim, que a estrutura do sistema carcerário está voltada unicamente para o castigo (...). Há de se convir, entretanto, que não é nada inteligente manter uma pessoa presa por longo período, submetendo-a a toda espécie de desrespeito ao ser humano que é, para depois “libertá-la”, fazendo com que a sociedade experimente o resultado de sua criação. Algo deve ser feito, ainda no curso do cumprimento da pena, para tentar devolver a pessoa ao convívio social munida de valores que não a façam enveredar pelo caminho da reincidência. (NOVO, 2017)

A reincidência do preso à sociedade deve ser feita de forma gradual e principalmente deve acontecer com todos os detentos que irão retornar à sociedade, pois o mesmo passou por um período de reclusão que muitas vezes pode ser bem longo. Um exemplo da necessidade da reintegração é o fato de que tudo se torna mais difícil de vivenciar e de conseguir para um ex-detento, principalmente na tentativa de garantir um emprego que pode se tornar algo bastante complicado já que muitas pessoas não contratam ex-detentos.

2.1.2. Prisão-Modelo Apac

No Brasil é comum encontrar prisões superlotadas onde os detentos não possuem os sistemas de reabilitação necessários para sua volta à sociedade, levando a uma série de problemas principalmente com relação à sobrevivência do mesmo ao sair da prisão, já que se torna mais difícil conseguir emprego o que leva muitos a cometerem novos delitos.

Porém, apesar de existirem muitos casos desastrosos, segundo o jornalista Luis Kawaguti, o Brasil também possui uma série de prisões-modelo que mostram algumas possíveis soluções para os atuais problemas carcerários do país:

Um dos modelos positivos citados por analistas é o da Apac (Associação de Proteção e Amparo aos Condenados). Ele funciona em mais de 30 unidades em Minas Gerais e no Espírito Santo e abriga aproximadamente 2,5 mil detentos. O modelo tem uma forte ligação com a religião cristã – fato criticado por alguns especialistas. Suas características principais são proporcionar aos presos contato constante com suas famílias e comunidade, ensinar a eles novas profissões - como a carpintaria e o artesanato – e não usar agentes penitenciários armados na segurança.
(KAWAGUTI, 2014)

Em sua matéria publicada no site da BBC Brasil, Kawaguti aponta estatísticas que afirmam que nesse novo sistema utilizado pelas prisões-modelo o número de detentos que retornam às prisões ou cometem novos crimes diminui drasticamente, levando muitos profissionais da área a reconhecer tal sistema como uma forma eficaz de ressocializar os presos.

A ressocialização em si é o principal ponto para o desenvolvimento dos sistemas prisionais, visto que a ideia inicial deste local é que seja um ambiente onde infratores sejam mantidos por um determinado período para que possam ser ressocializados e assim voltar a conviver normalmente na sociedade.

Kawaguti em 2014 afirmou para o site da BBC Brasil que: “Uma das principais vantagens do sistema é a baixa taxa de reincidência dos detentos no crime – entre 8% e 15%, segundo o CNJ. Nos presídios comuns ela pode chegar a 70%, de acordo com a entidade.”

Figura 4 – Prisão Apac no Espírito Santo. Considerada prisão-modelo no Brasil.



Fonte: Folha de São Paulo, 2017.

O modelo prisional Apac é visto como o grande sucesso das prisões brasileiras por Kawaguti, mas que apesar de ainda haver formas de melhoramento desse sistema o mesmo é visto atualmente como o principal ponto de partida quando se trata do aprimoramento das prisões no país. Ainda assim, existem diversas críticas sobre o modelo Apac principalmente ao se tratar da forma como as prisões foram construídas, sendo evidenciada por muitos como errônea, como afirma o advogado Cássio Rebouças de Moraes:

Esta “pressa” em construir acabou levantando presídios em locais que se descobriu posteriormente serem áreas de preservação ambiental e que não podiam ter o solo perfurado para passar os encanamentos, fazendo com que o presídio tivesse que ser abastecido diariamente com carro-pipa (que às vezes não aparecia). Mesmo após a reforma estrutural dos presídios, ainda temos muitos problemas. (MORAES, 2017)

É possível afirmar, segundo Moraes, que o governo ao visualizar uma grande quantidade de revoltas em presídios resolveu criar novos locais de detenção com o intuito de diminuir a quantidade de presos em um só local, porém, não foi realizado o estudo necessário para tais construções visto que o projeto deveria ser entregue o mais rápido possível, o que gerou uma série de problemas sem soluções já que para serem resolvidos é necessário que o governo gaste uma quantidade maior de dinheiro, mas o mesmo não está disposto a realizar tal pagamento.

Existem várias prisões pelo país, mas raras são as que estão em bom estado ou que funcionam de forma ligeiramente adequada, então segundo Moraes, o modelo Apac surgiu como uma rápida solução para as superlotações, porém, não sanou todos os problemas que existem nas atuais prisões, pelo contrário, a prisão-modelo teria sido inaugurada com diversos problemas no estudo preliminar do projeto, visto que a prisão foi construída em área de preservação ambiental causando assim diversos outros impasses.

2.2. Arquitetura Penitenciária

2.2.1. Surgimento das Prisões

De acordo com Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão” (1975), a necessidade de uma forma de punição para aqueles que infringissem as leis surgiu primeiramente através de punições podendo as mesmas serem públicas ou não, com o intuito de fazer com que os cidadãos não agissem de maneira contrária às leis vigentes e aos comportamentos aceitáveis pela sociedade.

Foucault também explica que o ato de prender um infrator nem sempre foi o maior ato de punição como é apresentada atualmente, houve um processo ocorrido durante anos que o mesmo descreve nos capítulos de seu livro como a trajetória do suplício para punição levando à disciplina e logo à prisão:

O desaparecimento dos suplícios. Hoje existe a tendência a desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como “humanização” que autorizava a não analisá-lo. (...) A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”.
(FOUCAULT, 1975)

No livro “Vigiar e Punir” inicialmente é contextualizado um dos mais comuns métodos de suplício até metade do século XVIII, atualmente considerado um ato de imensa tortura, para exemplificar os tipos de punições que ocorreram durante a história e apontar o caminho percorrido até a necessidade da criação de prisões como local de punição.

Com o passar do tempo foi-se entendido que esse tipo de punição (suplício) não deveria ser bem aceito pela sociedade como um castigo adequado aos criminosos, estavam em busca então de uma punição que fosse ao menos humanizada, mas que se adaptasse de acordo com o crime cometido:

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua “humanidade”. Chegará o dia, no século XIX, em que esse “homem”, descoberto no criminoso, se tornará o alvo da intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas — “penitenciárias”, “criminológicas”. (FOUCAULT, 1975)

A questão da punição estava então passando por um momento de transformação e de construção de regras, encontrando assim os castigos adequados para cada delito com a intenção de ser algo desagradável o suficiente para fazer com que o indivíduo não sinta atração para cometer tal crime mas que ao mesmo tempo não seja considerada uma tortura literalmente.

Segundo Foucault (1975, p. 195), “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”, o autor afirma que a disciplina tem a função de “adestrar” as pessoas o que pode ser levado para casos criminais como um modo de disciplinar o criminoso com a intenção de que o mesmo possua comportamentos diferentes.

O livro é concluído com o pensamento de que a prisão surgiu com o intuito de levar essa disciplina ao criminoso, podendo ser vista também como um meio de retirar a liberdade do indivíduo, algo que é assegurando por ser um direito de todos, por um determinado tempo, que varia de acordo com o delito cometido, para ter como finalidade a obediência do infrator ou até mesmo o receio em cometer crimes.

2.2.2. As Penitenciárias Atuais

A arquiteta Suzann Cordeiro, em entrevista para a revista Casa e Jardim publicada em março de 2018, afirma que uma parte considerável da população se encontra encarcerada e lembra que essas pessoas irão futuramente voltar ao convívio social e impactar nossas vidas de algum modo. Então, é primordial que haja maior atenção para o espaço prisional visto que a arquitetura penal e arquitetura de segurança não possuem tanto destaque nos cursos universitários de Arquitetura e Urbanismo.

A Resolução/CD/FNDE nº 9, de 2 de março de 2011 obriga arquitetos a seguirem diversas regras e diretrizes para a elaboração de um projeto de presídio no Brasil. Dentre várias exigências está a de áreas mínimas por exemplo, onde espaços como escola, locais de visita e ambientes de trabalho devem ter uma área mínima proporcional ao número de presos, para que seja possível a circulação dos mesmos.

Porém, em 2017 o CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) flexibilizou a resolução e com isso muitas exigências que serviam como base para a criação dos projetos não são mais necessárias e o cumprimento da resolução acabou se tornando opção do arquiteto, o que levou a uma série de problemas visto que a não execução de algumas regras resulta em maior dificuldade para o detento conseguir acesso ao estudo ou ao trabalho.

Suzann Cordeiro também é ex-conselheira do CNPCP e afirma que para a elaboração de um projeto prisional é necessário que até os materiais de construção sejam bem escolhidos, já que em uma escolha equivocada o mesmo pode se tornar uma arma para os detentos, e com isso ela ressalta que os materiais devem possuir uma boa resistência, além de fácil manutenção e não serem inflamáveis. Cordeiro afirma que:

É necessário pensar que até mesmo os materiais de construção escolhidos podem ser usados como arma (...) o concreto, por exemplo, precisa de uma armação de ferro, que é instalada próximo à superfície, tornando possível os presos escavarem para tirar os vergalhões. (CORDEIRO, 2018)

Em 2018 foi lançada a série documental “Por dentro das prisões mais severas do mundo” produzida pela Netflix, onde em cada episódio o jornalista investigativo Raphael Rowe passa alguns dias como guarda e outros como prisioneiro dentro de cada uma dessas prisões. No episódio “Brasil: a prisão das gangues” o jornalista passa uma semana na penitenciária de Porto Velho - RO, conhecida por grande parte de seus prisioneiros serem ligados às facções mais perigosas do país.

Logo no início do episódio é presenciada a prisão de jovens que vendiam drogas revelando assim a maior causa de prisões no Brasil, e mostrando que a legislação brasileira é bastante severa com relação a narcóticos. Ao se falar de facções são apresentadas as duas maiores e mais notórias do Brasil que são: o Comando Vermelho do Rio de Janeiro e o PCC (Primeiro Comando da Capital) de São Paulo.

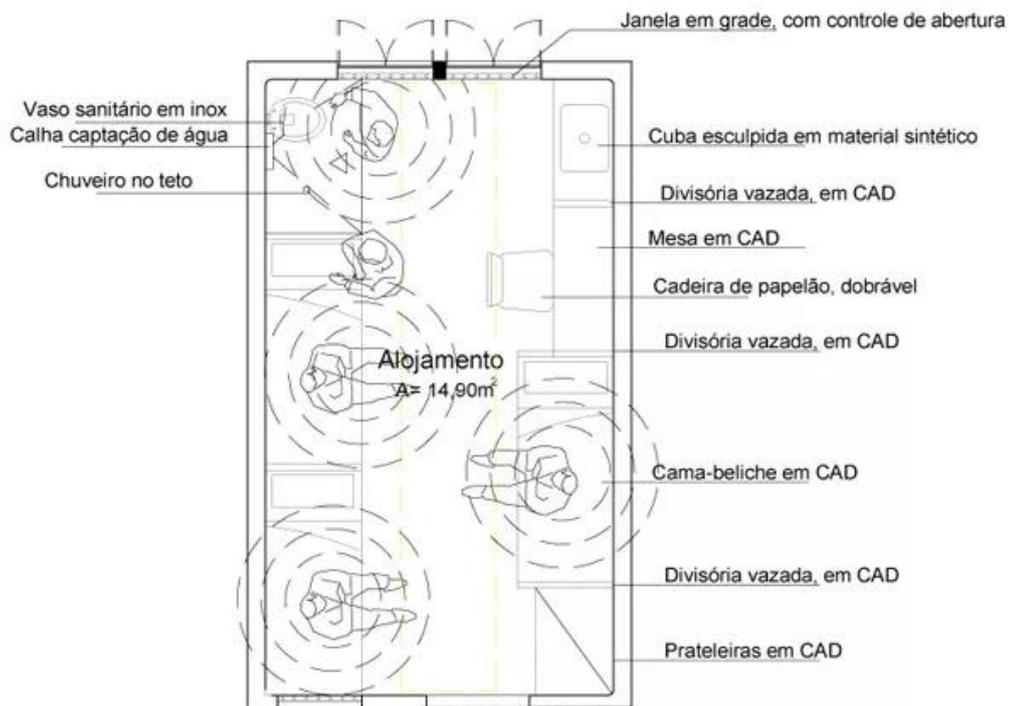
O episódio mostra que chegando na penitenciária o principal questionamento ao prisioneiro é se o mesmo faz parte de alguma gangue ou facção, isso ocorre por conta da necessidade de separar as facções em celas diferentes para que não haja conflitos, já que as duas mais conhecidas, Comando Vermelho e PCC, são inimigas. A análise das facções é super importante para a elaboração do projeto da penitenciária, já que os prisioneiros de cada grupo se comportam de maneiras bastante diferentes.

Segundo a arquiteta Suzann Cordeiro o preso do PCC em geral é mais paciente e possui bom comportamento, já o do Comando Vermelho é mais impaciente e costuma buscar mais confusões e brigas, então até mesmo os materiais de construção utilizados nas celas desta facção devem ser pensados com o intuito de serem mais resistentes, para que não possam ser utilizados como armas:

Isso não é publicado em nenhum lugar porque eles não querem dar visibilidade ao crime organizado, mas, na prática, a gente tem que trabalhar com esse perfil. Por exemplo, o preso do Comando Vermelho é um preso mais rebelado, mais impaciente, quebra mais. Já o PCC tem um perfil mais estrategista, e eles, em geral, têm bom comportamento porque querem sair o mais rápido possível da prisão. Então, uma unidade penal dedicada a presos do Comando Vermelho, é construída com materiais mais resistentes do que no caso do PCC. (CORDEIRO, 2018)

Ainda em sua entrevista para a revista Casa e Jardim, Cordeiro comenta sobre o layout das celas e a necessidade dele ser pensado com o propósito de não haver contaminações entre os detentos, porém a realidade é completamente diferente, onde o layout utilizado possui as camas lado a lado, deixando pouco espaço para a transição entre elas e tornando o local mais propício à contaminações. É lembrado também que atualmente existem diversas prisões superlotadas no Brasil onde em uma só cela contem cerca de 60 prisioneiros que vivem de forma completamente desumana.

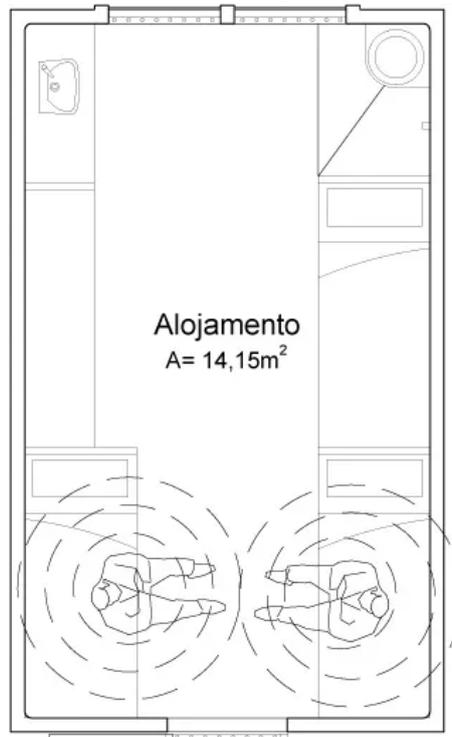
Figura 5 – Modelo de layout ideal para celas sem risco de contaminações entre detentos.



Fonte: Casa e Jardim, 2018.

A figura 5 mostra o modelo apresentado como “layout ideal” que possui uma cela com 3 beliches, onde as mesmas estão intercaladas sendo possível não haver uma interação direta entre os presidiários ao se levantarem, tendo assim mais espaço de locomoção.

Figura 6 – Modelo de layout utilizado atualmente pelas prisões brasileiras.



Fonte: Casa e Jardim, 2018.

Porém, a figura 6 mostra o layout atualmente utilizado que possui somente 2 beliches e onde é possível identificar que os presos ao se levantarem tem uma interação mais direta que pode facilmente causar contaminações, além de não haver um espaço suficiente para a locomoção dos presos.

Os layouts apresentados são de celas compartilhadas e por não haverem normas internacionais com relação às prisões existe uma grande diferença entre a prisão brasileira e a prisão de outros países, onde muitos deles possuem o princípio de celas individuais que acaba gerando mais ordem e disciplina fazendo com que existam menos riscos.

Somente a imposição do ambiente das prisões é suficiente para que se tenha uma mudança de comportamento de quem entra no local, sejam guardas ou prisioneiros, esse ambiente rígido muda as pessoas psicologicamente, geralmente de forma negativa, como é possível avaliar em um experimento feito em 1971 pela universidade de Stanford.

Segundo a publicação da BBC News Brasil, o experimento criado por Philip Zimbardo professor de Psicologia Social da Universidade de Stanford, com o intuito de confirmar se uma pessoa “boa” poderia mudar sua índole por conta do ambiente em que se encontra, consistiu em juntar 24 estudantes voluntários e dividi-los em dois grupos: os guardas e os prisioneiros, que teriam seus comportamentos analisados durante duas semanas.

Dando início de forma inesperada ao experimento os “prisioneiros” foram buscados em suas próprias casas, acusados de roubo e levados para a delegacia, onde em seguida foram vendados e guiados para o sótão do Departamento de Psicologia de Stanford, que havia sido transformado em uma prisão bastante realista, onde ocorreu todo o experimento.

Figura 7 – Imagem das gravações do experimento de aprisionamento de Stanford.



Fonte: BBC News Brasil, 2018.

Os voluntários que estavam no grupo dos “prisioneiros” passaram pelo processo de admissão completo de uma prisão real onde foram revistados, tomaram remédio para piolhos, receberam seu kit de higiene e foram colocados em suas respectivas celas. No segundo dia de experimento os voluntários do grupo dos “guardas” já apresentaram comportamentos abusivos com relação aos “prisioneiros” e em pouco tempo se tornaram comportamentos sádicos.

A violência psicológica que os “guardas” praticavam causaram diversos problemas emocionais nos “prisioneiros”, porém, o senso de comunidade havia crescido entre os voluntários do segundo grupo e por mais que quisessem abandonar o experimento se sentiam culpados por deixar os companheiros para trás.

Os abusos psicológicos estavam sendo tão rigorosos que o experimento foi interrompido no sexto dia, devido aos altos níveis de perversidade que estavam acontecendo, mas o pouco tempo de experimento serviu para que o professor pudesse confirmar que mesmo uma pessoa considerada boa pode sofrer mudanças de comportamento dependendo do ambiente em que está inclusa.

Com esse experimento é possível afirmar que as prisões brasileiras por serem um local de extrema violência, em sua maioria, não pode ser considerado um local adequado para reabilitação, o que é comprovado com os resultados de pesquisas sobre a ressocialização dos presos.

Em países onde as prisões são ambientes mais agradáveis os números de ressocialização são altos, como a Holanda e Noruega, já no Brasil por serem locais de extrema violência os números são baixos, como afirma Thamyris Fernandes em sua publicação para o Portal R7 sobre as celas de prisões ao redor do mundo em 2018.

2.3. Penitenciárias Femininas

Segundo o Olerj (Observatório Legislativo Da Intervenção Federal na Segurança Pública Do Rio De Janeiro) os presídios brasileiros são feitos por homens para homens, o que faz com que as mulheres não possuam um local adequado para cumprirem suas penas.

As mulheres que se encontram encarceradas acabam passando por situações onde são duplamente punidas, pela enorme questão do machismo, que na sociedade em si já é um grande problema, dentro das prisões femininas então acaba se tornando cada vez pior:

Se em uma sociedade machista, uma mulher livre sofre, imagine uma presidiária. Os presídios femininos são administrados por homens e o que deveria ser um espaço feminino acaba por ser um ambiente machista, com regras que em nada promovem o bem-estar e respeito às presidiárias. (OLERJ, 2015)

Há alguns anos uma mulher presa era algo muito raro, por isso eram colocadas em ambientes mistos ou até mesmo em pequenas salas separadas do restante da prisão para que não houvesse contato com os homens presos. Atualmente o número de prisões femininas tem aumentado juntamente com o a quantidade de mulheres que entram para o sistema prisional, o que pode ser levado como algo positivo visto que as mesmas estão sendo notadas, o que não era o caso anteriormente.

As prisões para mulheres deveriam ser um local completamente feminino, onde os funcionários também fossem todos mulheres, visto que em um ambiente onde homens supervisionam mulheres acaba gerando uma autoridade masculina até mesmo em um ambiente onde não eram para ter homens, o que leva as mulheres a não sentirem bem-estar em um local onde terão que conviver por determinado tempo:

Algumas condições dessas prisões e as comparações entre presídios para homens e para mulheres são retratadas em números pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen):

- Nas unidades para mulheres, somente 34% possuem espaço adequado para gestantes.
- Nas unidades mistas, a situação é ainda pior, apenas 6% possuem celas adequadas para as grávidas.
- Apenas 32% dos presídios femininos possuem berçário. Entre os presídios mistos, 3% das unidades dispõem da instalação.
- Apenas 5% das unidades femininas possuem creche e não existe nenhuma creche em unidades mistas. (OLERJ, 2015)

Atualmente o grande problema das penitenciárias femininas, além da grande quantidade de funcionários homens, é que a maioria não se encontra adequada para que mulheres possam conviver nesse ambiente. As prisões utilizadas pelo público feminino são em maioria adaptações de prisões feitas para homens, o que não supra as necessidades das mulheres.

É possível encontrar ainda na atualidade prisões de mulheres que não possuem itens de higiene pessoal para uso das detentas, ou até mesmo não possuem locais adequados para que mulheres grávidas possam ter o filho em um ambiente próprio, também é comum encontrar presídio que não possuem creches ou berçários, o que leva as detentas a terem que se separar dos filhos ainda crianças ou pouco tempo após o parto.

As prisões para homens não possuem o suporte de infraestrutura que as mulheres precisam, tanto para as grávidas quanto para as que já são mães, além disso as mulheres também precisam de maior suporte médico, o que muitas edificações do sistema carcerário não possuem. Os problemas que essas mulheres enfrentam diariamente vão além da infraestrutura, porém, se houvesse uma melhor adequação do espaço elas poderiam conviver de modo mais agradável.

Além disso, a maioria das prisioneiras são mulheres negras e possuem baixa renda, o que leva a analisar algumas questões do governo brasileiro visto que uma outra porcentagem conhecida é que a maioria das mulheres que estão no sistema prisional acabaram lá por conta do tráfico de drogas, visto que muitas não conseguem sustentar a família e utilizam o tráfico como uma outra forma de conseguir dinheiro:

O Levantamento Nacional, divulgado pelo Ministério da Justiça, também mostra que a maioria das prisioneiras (62%) é negra. Esse dado corrobora os dados referentes a todo o sistema prisional, que indica que a maioria dos prisioneiros no país são jovens negros, moradores de comunidades de baixa renda. A amostra de mulheres com a qual o Infopen Mulheres trabalhou permitiu afirmar que 50% da população prisional feminina são constituídos por jovens entre 18 e 29 anos. Além disso, 66% da população prisional feminina ainda não acessou o Ensino Médio, tendo concluído, no máximo, o Ensino Fundamental. Apenas 15% concluiu o Ensino Médio. (OLERJ, 2015)

Por serem em sua maioria mulheres que utilizaram o tráfico como uma forma de ganhar dinheiro para sustentar a família, ao serem presas a grande preocupação das mesmas é com a situação econômica da família, e muitas mães ao serem presas não possuem um local para o filho ficar o que leva a criança a ter que ficar em abrigos.

3. A PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS

As prisões e penitenciárias são vistas por parte da população como locais onde são enviadas pessoas que cometem crimes para que possam cumprir suas penas, porém, essa população acaba não se importando com o que acontece nesses ambientes, visto que muitos ainda possuem uma mentalidade de que esses criminosos não irão influenciar na sociedade, o que é um pensamento completamente equivocado.

A principal ideia da construção de uma prisão é que seja um local de ressocialização para que tais criminosos possam sair desse ambiente e reconstruir sua vida dentro da sociedade. Com esse propósito foi construído o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que abrange todos os casos de detenções carcerárias do Maranhão.

Atualmente o maior problema enfrentado pela penitenciária é a superlotação por conta da grande quantidade de casos que o complexo abriga, incluindo os femininos, o que gera ambientes completamente insalubres e resulta em grandes revoltas dos presidiários para que possam chamar atenção para o problema que enfrentam.

Porém, a ala feminina encontra-se em uma situação menos problemática do que a masculina, apesar de também apresentar situações de inadequações acaba sendo um ambiente mais agradável para a convivência das detentas.

Figura 8 – Foto externa da ala feminina da Penitenciária de Pedrinhas.



Fonte: SEAP - Governo do Maranhão, 2018.

3.1. Histórico

Segundo o Relatório “PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS-MA – breve histórico” elaborado pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão – SINDSPEM/MA sobre a historicidade da penitenciária, foi por volta de 1846 que o estado do maranhão construiu a primeira penitenciária estadual localizada no bairro dos remédios:

Construída, primeiramente, em uma das extremidades da cidade, no bairro dos Remédios, destinava-se a ser uma casa apenas de correção, assumindo, posteriormente, características de uma Penitenciária Estadual: com agentes penitenciários, alimentação, vestuário, saúde, remédios pagos pelos cofres públicos. Já nesse tempo havia a preocupação em manter os presos fora da ociosidade, através de atividades ocupacionais, como oficinas de alfaiate e de sapateiro, que eram oferecidas à comunidade carcerária.

O relatório também afirma que em 1948 a penitenciária do estado foi transferida para o município de Alcântara sob autorização do Governador Sebastião Archer da Silva com o intuito de manter a prisão longe da área urbana de São Luís. Porém, a mesma foi instalada em um antigo casarão colonial e não foram feitas instalações de segurança necessárias no ambiente, o que gerou muitos conflitos com a população local.

Outro motivo para o aumento dos conflitos locais em Alcântara foi a visão que o complexo levou para o município, visto que grande parte da população vive do turismo local que acabou sendo prejudicado com a chegada da prisão, então Alcântara pediu a transferência da penitenciária estadual para outra área. Com o pedido aceito, a penitenciária volta para São Luís se instalando em Pedrinhas, longe da área urbana da ilha, onde está situada atualmente.

Quando deram início às atividades da penitenciária a mesma se encontrava em uma situação bastante precária, onde vários ambientes essenciais não estavam funcionando ou foram construídos com materiais inadequados para o uso em uma prisão. A edificação que possuía três andares tinha somente um funcionando e por estar afastada da área urbana a água que tinham disponível era de poço e a luz era fornecida através de motor a óleo.

Atualmente o presídio encontra-se em melhor estado, visto que se passaram vários anos, já possui uma instalação física melhorada com a utilização de materiais de construção mais adequados, além de já possuir também eletricidade e água encanada. Mas agora os problemas que apresenta são diferentes, como a superlotação por ser até hoje é a única penitenciária no Estado do Maranhão.

Figura 9 – Presídio de Pedrinhas, em São Luís, no Maranhão.



Fonte: Veja, 2015.

Atualmente chamado de Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a prisão abriga todos os casos de detenção carcerária do Maranhão, incluindo ainda o pavilhão feminino, gerando assim uma superlotação que juntamente com o descaso do governo acaba se tornando um problema cada vez maior, tendo consequências tanto em sua estrutura física quanto nos setores que são indispensáveis aos presos.

Ainda segundo o relatório do Sindicato de Servidores, os detentos que se encontram na penitenciária podem conseguir uma ocupação na fábrica de confecção de bolas que serve como um “escape” para os presidiários, além de possibilitar aos mesmos um pequeno ganho financeiro, alguns também trabalham na manutenção de certas áreas, como a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) o órgão estadual que administra a penitenciária.

O relatório também afirma que as atividades ocupacionais são pouco direcionadas para a recuperação dos detentos, o que diminui bastante a quantidade de presos que são ressocializados nesse local, sendo que a maioria dos detentos voltam em pouco tempo pois a recuperação não é feita de forma eficaz.

Também afirma que a higiene local é péssima, assim como o arejamento dos ambientes já que por conta da superlotação em uma só cela são colocados mais detentos do que deveriam. A junção de todos esses problemas acaba sendo transformada em pequenas revoltas que já resultaram em grandes rebeliões matando diversas pessoas, tanto prisioneiros quanto guardas (agentes penitenciários).

Porém, apesar de tantas problematizações que rondam essa penitenciária, o relatório traz à tona a questão do senso de comunidade que existe no complexo. Afirma que lá existe uma grande diversidade que se manifesta de maneira específica, através de uma linguagem própria e de uma simbologia que resultam em uma comunicação interna.

3.2. Ala Feminina

Segundo a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), inicialmente as mulheres que cometiam crimes e por consequência entravam para o sistema prisional, por serem minoria, não possuíam um espaço adequado para que pudessem cumprir suas penas e por isso eram mantidas em uma sala separada localizada na Penitenciária de Pedrinhas.

Porém, com o passar dos anos a necessidade da construção de uma penitenciária somente para mulheres foi aumentando cada vez mais, visto que o número de mulheres que davam entrada no sistema prisional estava aumentando consideravelmente, foi então que decidiram construir a ala feminina no local, para que pudesse atender às necessidades das detentas.

Ainda segundo a SEAP, a penitenciária feminina é muito bem equipada possuindo cerca de 60 mil metros quadrados construídos durante 6 meses. Com 11 blocos, a prisão feminina possui diversos ambientes necessários para que o convívio das detentas seja o mais digno possível, que são eles: áreas de saúde, convivência, reservatório, torre de observação, celas individuais, celas coletivas e espaço para funcionários:

Os 11 blocos da Penitenciária Feminina de Pedrinhas possuem áreas de saúde, convivência, reservatório, torre de observação, celas individuais, celas coletivas e espaço para funcionários. Em julho de 2012, a Penitenciária contava com 152 internas, sendo 55 sentenciadas, 85 provisórias e 12 em regime semi aberto. São 34 celas divididas em dois blocos para as presas sentenciadas e provisórias. Cada cela comporta até seis internas. Quanto a carceragem, a unidade têm ainda uma cela de triagem, seis celas de isolamento, berçário, duas celas para encontro íntimo e três espaços para banho de sol. (SEAP, 2012)

Figura 10 – Ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís - MA.



Fonte: SEAP - Governo do Maranhão, 2012.

A ala feminina foi inaugurada em agosto 2010 como a primeira penitenciária feminina do Maranhão e a mais nova edificação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo o então Secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, que durante a comemoração dos dois anos da Penitenciária Feminina destacou a unidade como exemplar comemorando sua evolução, o mesmo afirmou que: “A Penitenciária Feminina carrega o resultado de um trabalho crescente feito pela Sejap e só fortalece a vontade de fazer ainda mais”.

A penitenciária possui ainda um sistema de ressocialização das prisioneiras através de aulas e cursos profissionalizantes como: artesanato, atendimento ao varejo e técnico em contabilidade. Ainda existem concursos para aumentar a autoestima das detentas como o concurso Miss Crisma, onde anualmente é escolhida a mulher mais bonita do presídio uma forma de motivar as mulheres.

4. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Para a criação de um projeto bem elaborado é necessário que sejam seguidas certas regras e diretrizes para que o mesmo possa estar dentro das normas, porém, com relação a projetos de prisões ou penitenciárias não existem normas internacionais que possam servir como base durante essa elaboração.

Com isso, é necessário que antes de iniciar o processo de elaboração do projeto sejam pesquisadas as normas nacionais que são aplicadas para esse determinado tipo de construção, pois cada localidade tem suas normas específicas que devem ser seguidas conforme o sistema penal e a gestão prisional do país.

Figura 11 – Construção do presídio de segurança máxima em Porto Velho.



Fonte: Massa Cinzenta, 2014.

No Brasil, por não existirem normas da ABNT que sejam específicas para esse tipo de projeto são utilizadas outras normas como a Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011 criada pelo CNPCP, que é utilizada como normatização para a arquitetura penitenciária sendo especificadas em suas referências algumas normas ABNT.

Porém, ainda deve ser levado em consideração o tipo de construção e as pessoas que irão conviver nesse ambiente, sendo de extrema importância que os projetistas se atentem bastante aos detalhes do local, principalmente com relação aos materiais construtivos e aos objetos que estarão dispostos no local visto que podem virar armas para os detentos.

4.1. Diretrizes para Projeto de Penitenciária

4.1.1. Normas Gerais

Segundo a arquiteta Suzann Cordeiro a arquitetura penitenciária no Brasil é pouco comentada, além de afirmar que algumas faculdades até mesmo discriminam esse tipo de construção, o que é visto como o completo oposto quando se analisa outros países onde podem ser encontrados até mesmo escritórios de arquitetura e engenharia que trabalham exclusivamente com esse tipo de obra.

Por ser um ramo da arquitetura pouco comentado não existem normas específicas para a arquitetura penitenciária no Brasil, sendo assim para que seja possível a elaboração um projeto adequado nessa área é necessário que seja seguida a Resolução nº 9, de 18 de novembro de 2011 criada pelo CNPCP, que utiliza como referências algumas normas da ABNT que servem como diretrizes para esses projetos.

A resolução durante muito tempo era obrigatória, porém, com a revisão da mesma em 2011 pelo CNPCP foi retirada essa obrigatoriedade, o que pode levar a surgir uma nova perspectiva sobre esse tipo de arquitetura, podendo ser cada vez mais inovadora:

Em 2011, houve uma nova revisão da normatização acerca da Arquitetura Penitenciária, através das Diretrizes para Arquitetura Penal (Resolução nº 9, publicada em 18 de novembro de 2011) da qual eu participei como conselheira do CNPCP. Acredito que, a partir da nova resolução e seus desdobramentos, surge uma perspectiva mais inovadora e integrada dos aspectos de segurança, inclusão social, direitos humanos e sustentabilidade (econômica, social e ambiental) de maneira a exigir, dos projetistas, reflexões mais integradas e mais aprofundadas na concepção dos estabelecimentos penais, o que considero ser uma contribuição importante do Brasil para os demais países. (CORDEIRO, 2014)

A revisão dessa resolução trouxe muitos pontos positivos mas também trouxe pontos negativos, sendo os últimos principalmente o fato de que por não ser mais uma obrigação da concepção do projeto pode haver uma negligência dos projetistas em ignorarem as diretrizes proporcionadas pela resolução, causando problemas como mal dimensionamento de ambientes, desrespeito de áreas mínimas, entre outros.

Porém, a revisão também proporcionou pontos positivos como a possibilidade de inovação, onde o projetista poderá inovar nessas edificações através de novas perspectivas, além de poder integrar aspectos de segurança, da sustentabilidade que pode ser explorada nos âmbitos econômicos, sociais ou até mesmo ambientais, além da inclusão social e dos direitos

humanos que podem levar uma maior dignidade aos ambientes fazendo com que se dê um certo conforto aos detentos. Na resolução 9/2011 existem 15 normas da ABNT que se encontram nas referências bibliográficas, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 01 – Normas ABNT presentes na Resolução nº 9, 18 de setembro de 2011.

| NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS | ESPECIFICAÇÃO DA NORMA |
|---|---|
| 1. NBR 15220/2003 | Zonas bioclimáticas do Brasil. |
| 2. NBR 9050/2004 | Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. |
| 3. NBR 6492/1994 | Representação de projetos de arquitetura. |
| 4. NBR13532/1995 | Elaboração de projetos de edificações. |
| 5. NBR 5626/1998 | Instalações prediais de água fria. |
| 6. NBR 5648/1999 | Sistemas prediais de água fria – tubos, conexões de PVC 6,3, PN 750 kPa, com junta soldável – Requisitos. |
| 7. NBR 8160/1999 | Instalações prediais de esgoto sanitário. |
| 8. NBR 5410/2004 | Instalações elétricas de baixa tensão. |
| 9. NBR 5413/1992 | Iluminância de interiores. |
| 10. NBR 5473/1986 | Instalações elétricas prediais. |
| 11. NBR 7198/1993 | Projeto e execução de instalações de água quente. |
| 12. NBR 13.932/1997 | Instalações internas de gás liquefeito de petróleo (GLP) – projeto e execução. |
| 13. NBR 13.933/1997 | Instalações internas de gás natural (GN) – projeto e execução. |
| 14. NBR 9575/2010 | Impermeabilização – seleção e projeto. |
| 15. NBR 6023/2000 | Informação e documentação: referência – elaboração. |

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

Além das normas da tabela 1, que são indicadas para esse tipo de edificação (penitenciárias), é também de grande importância que sejam consideradas algumas especificidades que não se encontram nas normas, tais como a escolha dos materiais construtivos e dos objetos que estão dispostos nos ambientes:

Ainda assim, cabe aos projetistas atentarem para as especificidades deste tipo de construção, pois muitas das sugestões das normas não podem ser utilizadas neste uso específico, por questões de segurança, como por exemplo, a colocação de extintores dentro de módulos de alojamentos, pois os mesmos podem ser utilizados como arma pelos detentos. (CORDEIRO, 2014)

4.1.2. Especificidades da Ala Feminina

Ao se construir uma penitenciária para mulheres deve ser levado em consideração suas necessidades e não somente reproduzir o mesmo ambiente utilizado pelos homens, além de também considerar o aumento gradativo da população carcerária feminina, que segundo o manual “Diretrizes de Atenção à Mulher Presa” chegou a 72% devido ao tráfico.

Para que fossem criadas essas diretrizes foi necessário identificar 4 importantes princípios a serem seguidos durante o processo de elaboração, sendo os mesmos:

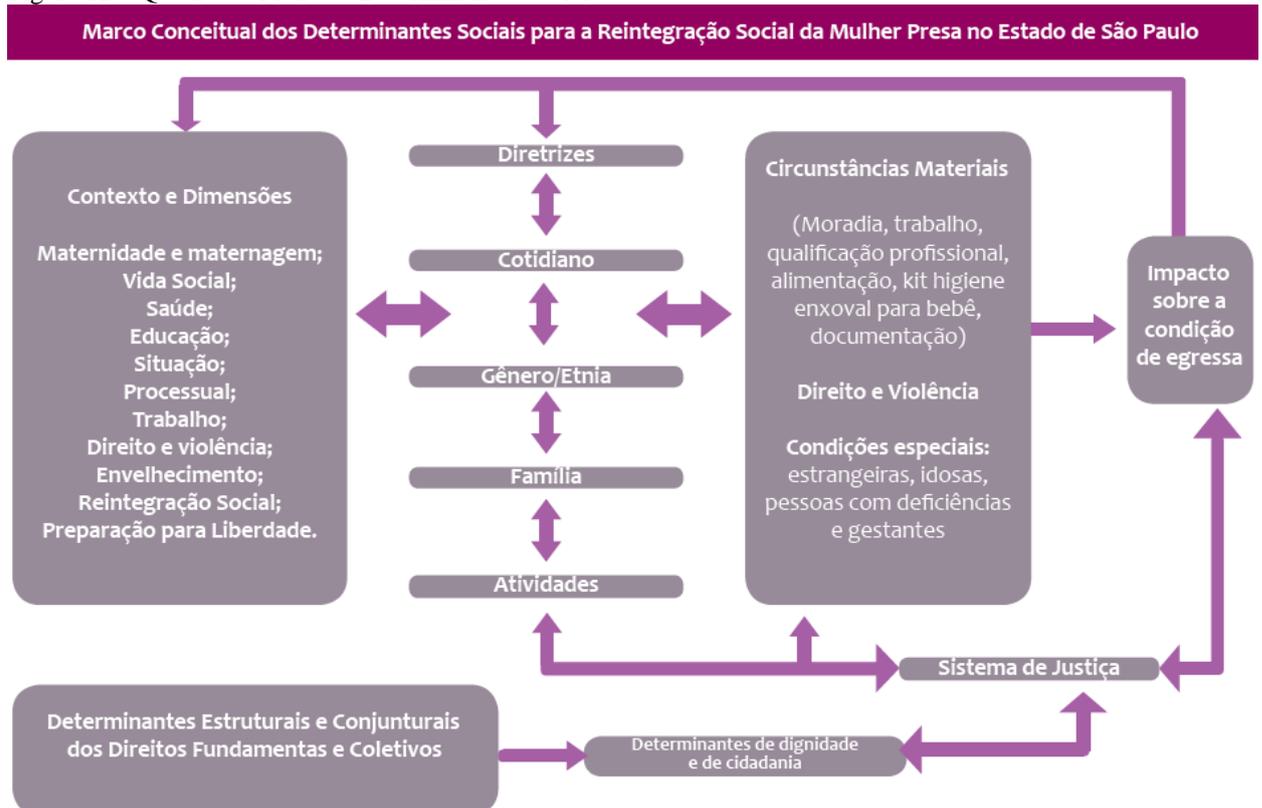
Tabela 02 – Princípios do Manual da Mulher Presa.

| PRINCÍPIOS | EXPLICAÇÃO |
|----------------------------------|---|
| Solidariedade e Responsabilidade | Construção democrática de consensos coletivos que podem projetar-se como normas jurídicas de organização da sociedade |
| Pluralidade e Diversidade | Disposição para compreender que os seres humanos são múltiplos, individuais, independentes, e não devem ser considerados como fenômenos de uma realidade única e absoluta |
| Esperança | Reconhecendo a integração de todos nós em uma mesma humanidade, entende que se pode restaurá-la sempre no respeito à dignidade da pessoa humana |
| Humanização | Permite a tolerância entre o confronto e a aceitação mútua entre os homens, ambos inevitáveis |

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

No manual é apontado que as prisões brasileiras são todas construídas com base nas necessidades masculinas, conforme aparece no quadro da Figura 12, e o mesmo pretende mudar a política do sistema prisional fazendo com que seja uma política voltada à civilização por completo e não somente ao homem:

Figura 12 – Quadro do Fluxo de Determinantes Sociais.

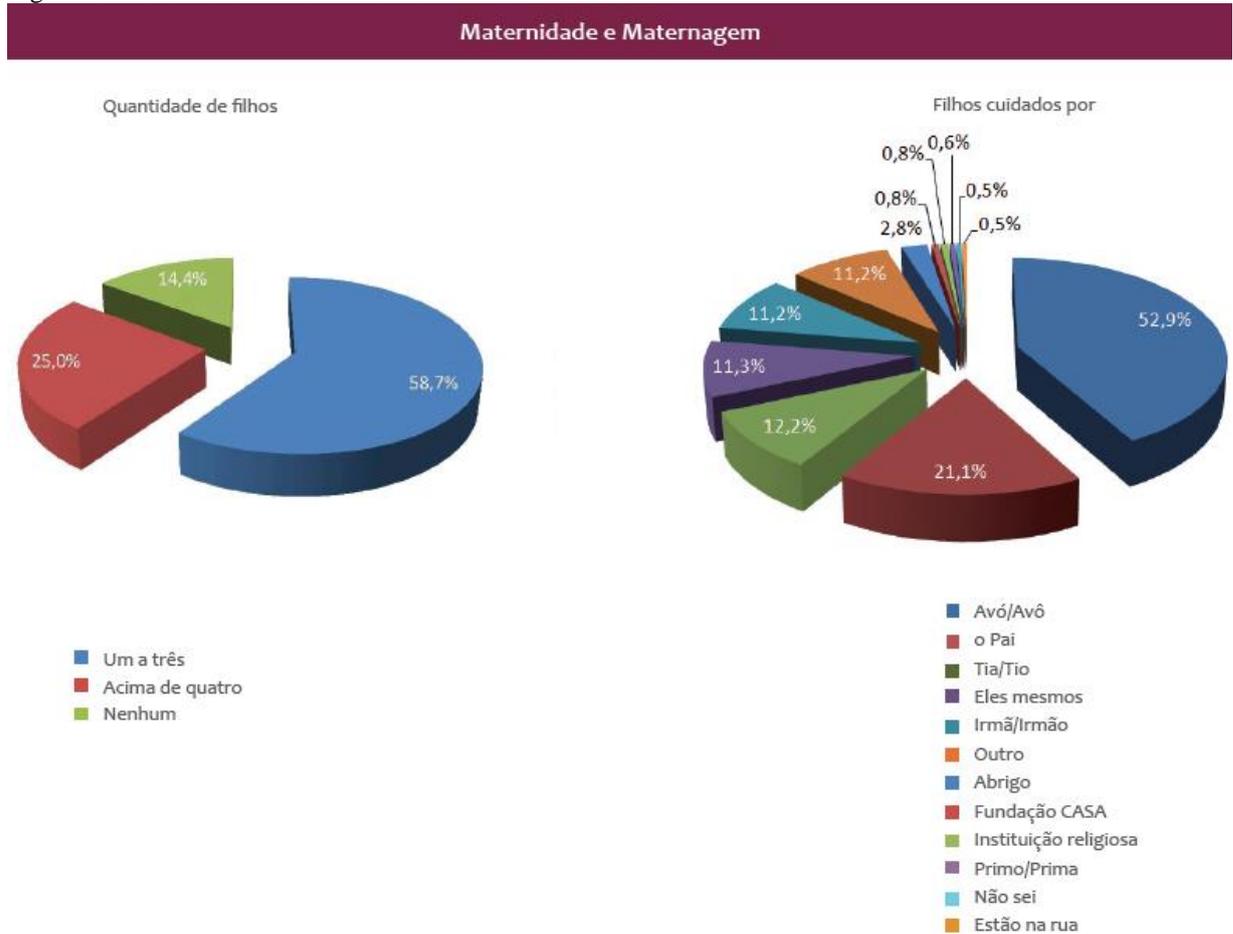


Fonte: Diretrizes de Atenção à Mulher Presa.

Existe uma grande necessidade para que a mãe esteja com seu filho durante a infância, o que no manual é denominado de maternagem e é apontado como algo essencial que não deve ser ignorado. Segundo o mesmo dentre diversas mulheres encarceradas entrevistadas 83,7% eram mães, o que leva a uma das maiores necessidades das mesmas que é ambientes apropriados para partos, berçários e creches para crianças, para que as mães não tenham que ser separadas dos filhos.

As prisões femininas devem sempre possuir ambientes voltados para maternidade visto que grande parte das mulheres que entram no sistema prisional estão grávidas ou já possuem filhos e precisam de um ambiente para que possam manter contato direto com os mesmos ou até mesmo cria-los dentro das unidades prisionais.

Figura 13 – Gráfico de Entrevista à Detentas sobre Maternidade.



Fonte: Diretrizes de Atenção à Mulher Presa.

Como mostra o gráfico da Figura 13, de uma entrevista com detentas sobre maternidade, é a minoria das mulheres que estão presas que não possuem filhos e das que possuem a maior parte está com familiares ou em abrigos. Um outro ponto colocado no manual é com relação à idosas, as penitenciárias não estão adaptadas para receber mulheres dessa faixa etária, tanto fisicamente quanto com relação à saúde, o que influencia bastante na convivência delas na prisão.

É necessária uma adequação tanto da ala feminina quanto da masculina com relação à idade dos prisioneiros, visto que os homens assim como as mulheres ao chegarem em uma certa idade apresentam diversas complicações de saúde que podem levar a problemas de locomoção, por exemplo, sendo necessária uma adaptação do ambiente, o que nenhuma das alas estão adequadas.

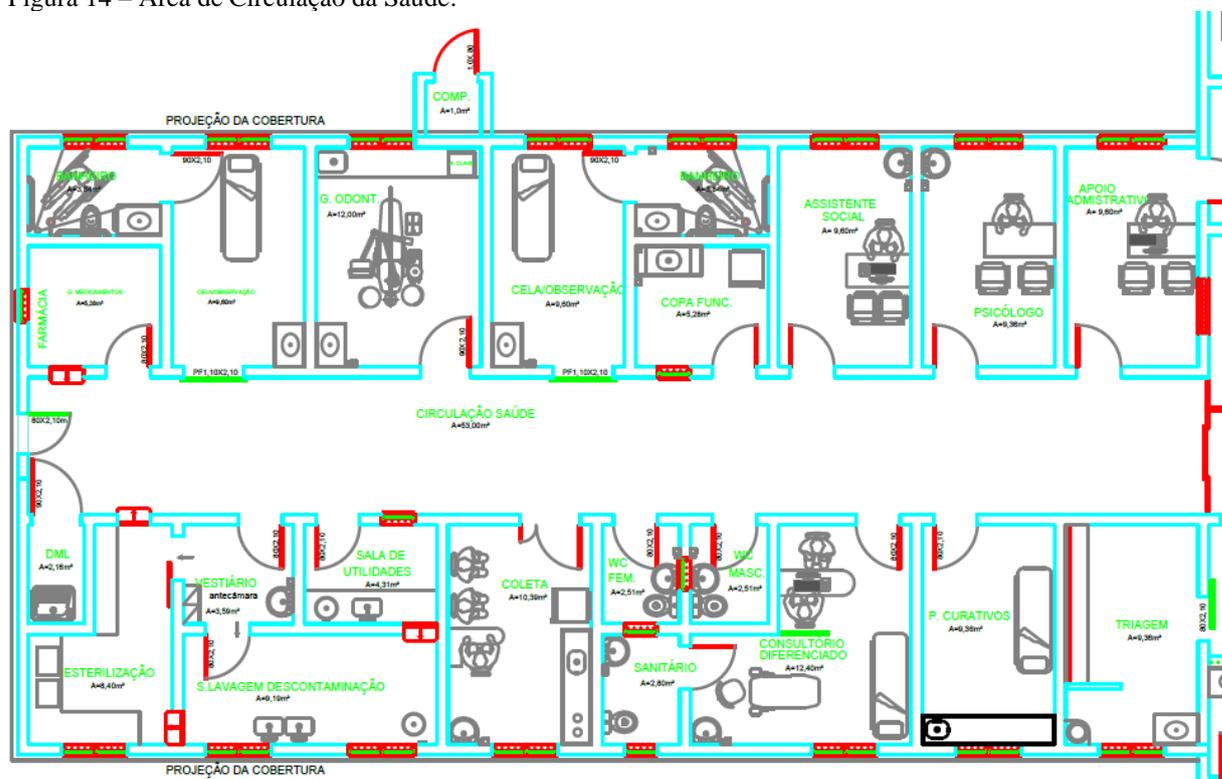
4.2. Análise Projeto Arquitetônico

4.2.1. Descrição das Áreas Internas

Quanto à descrição arquitetônica, o espaço da penitenciária feminina por completo possui edificações separadas, onde pode se encontrar área de vivência, área de inclusão, área de triagem, pavilhão de serviço e galpão multiuso.

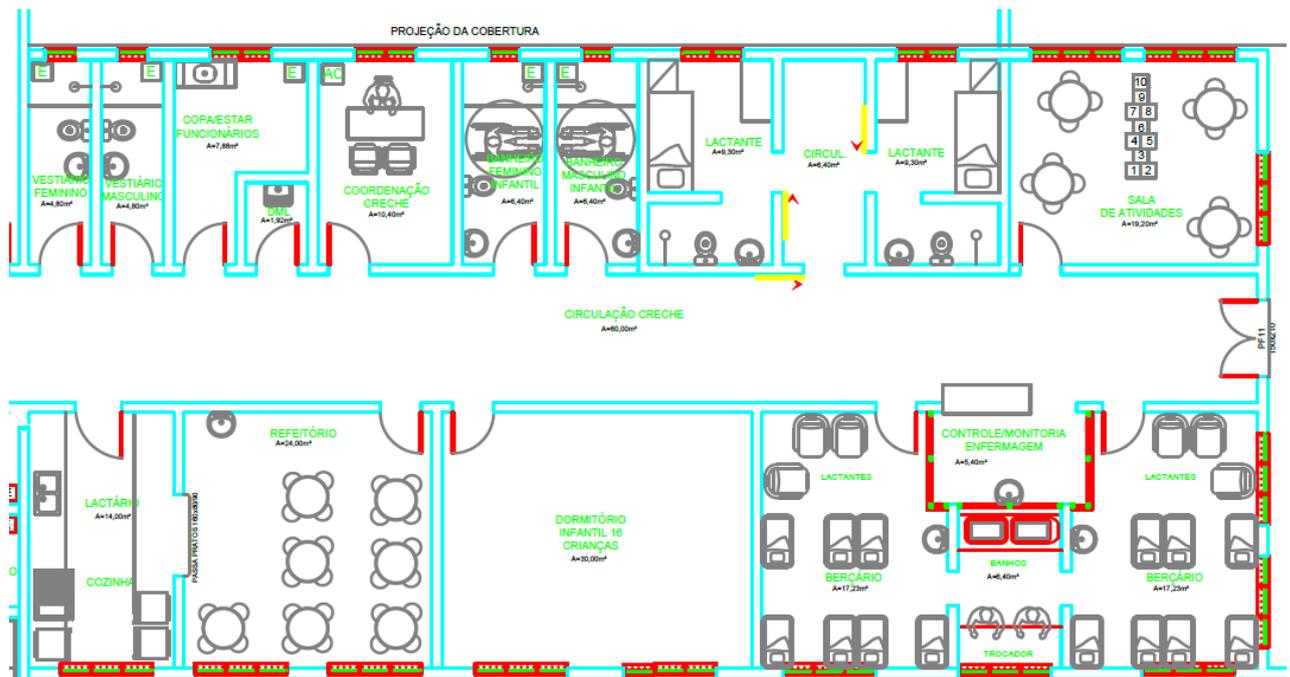
Já a edificação principal possui 204 vagas para detentas; 2 celas de visitas íntimas; 12 vagas de isolamento; 01 área de controle e guarda de pertences; 1 alojamento com recepção, banheiro e local para armas; 01 sala de advogados; 01 sala de revista masculina; 01 sala de revista feminina; 01 circulação da saúde (incluindo psicólogo, odontologia, cela de curativos, etc.); 01 circulação de creche (incluindo área de recreação coberta, solário para crianças, quarto de lactantes, berçários, etc.); 02 depósitos; 02 refeitórios; 02 copas de distribuição; 02 banheiros; 02 banheiros PCD; 01 sala multiatividades.

Figura 14 – Área de Circulação da Saúde.



Fonte: SEAP – Governo do Maranhão, 2019.

Figura 15 – Área de Circulação da Creche.



Fonte: SEAP – Governo do Maranhão, 2019.

O prédio principal, do ponto de vista de seu funcionamento, foi organizado de modo que as duas circulações laterais foram fechadas para que cada uma tivesse seu propósito, sendo à direita a creche e áreas infantis e à esquerda a área de saúde com as clínicas necessárias. Em meio as circulações já mencionadas estão os refeitórios e depois as celas que também se dividem em duas circulações, conforme é apresentado em Anexo.

4.2.2. Avaliação Técnica e Funcional

Partindo para a análise técnica e funcional da edificação, serão primeiramente analisados os ambientes internos e a disposição dos mesmos dentro da edificação, com relação à localização, iluminação e ventilação, assim como também a quantidade disponível, avaliando a necessidade de cada um deles.

Ao analisar a edificação do ponto de vista técnico, a mesma está dentro das diretrizes apresentadas posteriormente, ao se falar de ambientes necessários, possuindo todos os ambientes mencionados para o bom convívio das detentas, como creches, berçários, áreas da saúde, locais de visitas íntimas, celas bem localizadas, entre outros.

Com relação a função da edificação, por ela está bem localizada e possuir os ambientes postos de forma agradável e por estar separada por áreas ou setores, o que faz com que a mesma se torne mais intuitiva, acaba se tornando um local mais automático fazendo com que seja mais funcional.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma boa fundamentação nesse trabalho houve a necessidade de explicar algumas questões como: o sistema prisional brasileiro, a arquitetura penitenciária, as penitenciárias femininas e o histórico do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Então, foi feita a análise do projeto da ala feminina da penitenciária com o propósito de descobrir se a penitenciária feminina atende ou não às normas utilizadas para os projetos de penitenciárias e às questões dos direitos humanos.

Para essa avaliação completa do projeto foi necessário o uso de algumas ferramentas específicas que serão explicadas em seguida.

5.1. Metodologia Utilizada

A metodologia utilizada neste trabalho iniciou-se através de pesquisas bibliográficas, sendo utilizado como recursos: livros, artigos, sites e revistas. Com a delimitação do tema voltada para a penitenciária feminina, foi necessário que houvesse uma busca maior sobre o funcionamento da mesma e quais diretrizes seguir para a execução de um bom projeto arquitetônico dessa categoria.

Além da pesquisa bibliográfica, foi feito um estudo de caso da ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, com o propósito de analisar o projeto arquitetônico do local e identificar se o mesmo atende às normas e diretrizes comentadas. Foi feita também a aplicação de um questionário online para os funcionários da penitenciária, com o intuito de buscar mais informações sobre a funcionalidade do local.

A princípio o trabalho foi desenvolvido com uma metodologia específica, a metodologia do APO (avaliação pós-ocupação), que iria avaliar a penitenciária atualmente através de ferramentas específicas para poder comprovar se o projeto arquitetônico da edificação foi bem pensado e executado ou não.

Porém, no início do primeiro semestre de 2020 foi anunciado o decreto de quarentena por conta de uma pandemia mundial causada pelo vírus COVID-19, o que impediu a visita à penitenciária e a aplicação das ferramentas, sendo necessária a adaptação do trabalho para uma análise do projeto arquitetônico.

5.2. Ferramentas de Análise

Para um melhor entendimento sobre o local da penitenciária de pedrinhas foi criado um questionário, que se encontra no Apêndice A e B, com o intuito de sua aplicação ser feita em alguns funcionários da ala feminina da penitenciária. Porém, como o questionário só pode ser feito online não houve muitas respostas visto que muitos funcionários não tiveram acesso ao arquivo por motivos pessoais.

Porém, ainda assim foi possível conseguir alguns resultados com relação às questões perguntadas de modo que será analisado em um contexto geral mesmo possuindo poucas respostas:

- a) Com relação ao gênero: a maioria das respostas foram do gênero feminino, o que leva a perceber que existe uma preocupação com o bem estar das detentas;
- b) Com relação à idade: houve uma variante de 21 a 55 anos, sendo possível concluir que em grande parte são mais jovens;
- c) Com relação à escolaridade: todos possuíam ensino superior completo e alguns até mesmo pós-graduação;
- d) Com relação ao turno: houve uma mistura entre turnos vespertinos e integrais;
- e) Com relação ao tempo de trabalho: a maioria afirmou que trabalha a mais de 2 anos na penitenciária;
- f) Com relação ao meio de transporte: todos responderam que usam carro, o que leva a concluir que possuem uma renda no mínimo média;
- g) Com relação a Penitenciária: todos afirmaram que são instalações boas, mas houve alguns comentários que afirmaram que precisam de mais cuidado com o local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse estudo tomou como referência o conhecimento nas áreas de arquitetura e direito que se refere às mulheres na prisão utilizando como estudo de caso a ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís - MA. Após a apresentação do sistema carcerário brasileiro foi necessário descrever os maiores problemas do mesmo e analisar também como se comportam outros países que possuem sistemas diferentes em andamento.

Foi descrito que apesar de não existirem normas ou diretrizes mundiais para esse tipo de construção cada país desenvolve um modo de construção diferente, que se adapte ao sistema vigente. Ao se falar do Brasil foi dito que não existem normas específicas para essas edificações, mas que através de algumas resoluções é possível seguir normas que ajudam a desenvolver um projeto bem sucedido.

Foi descrito também que existe uma grande inadequação com relação à mulher na prisão, visto que nas penitenciárias femininas a maioria dos guardas e funcionários são homens, que em sua maior parte possuem uma visão de superioridade com relação às detentas fazendo-as passarem por situações constrangedoras.

Apesar de a população presidiária feminina estar aumentando gradativamente durante os anos, ainda assim, são vistas como minoria de modo a serem colocadas em ambientes completamente inadequados para o convívio, por ser insalubre e principalmente por não possuir a infraestrutura necessária.

Foi necessário apontar que a maioria das prisões em geral estão inadequadas ao uso e que precisam passar por reformas e mudanças o quanto antes, porém, também foram analisadas as penitenciárias modelo no Brasil que geraram grandes diretrizes para a melhoria de outras prisões ou até mesmo para a construção de novas.

Com relação às prisões femininas, durante as pesquisas, foram encontradas várias edificações que não estavam adequadas, muitas vezes por serem edificações feitas para homens que foram “adaptadas” para que pudessem acomodar as mulheres. Foi apresentado também um manual de diretrizes que foi criado pelo governo com a intenção de apontar as principais necessidades das mulheres nesse ambiente.

O manual serviu como base para a avaliação do projeto da penitenciária feminina de pedrinhas, visto que o mesmo apresenta de forma sucinta todos os problemas que as mulheres precisam enfrentar quando dão entrada no sistema prisional. Apontando principalmente a

relação entre a prisão e a maternidade, já que muitas edificações feitas para deter mulheres não possuem ambientes específicos para que a mesma possa cuidar dos filhos.

Com a análise do projeto foi determinado que a Penitenciária Feminina de Pedrinhas possui uma boa infraestrutura, apresentando todas as unidades necessárias para saúde, para convívio em cárcere e para a maternidade no local. O projeto foi muito bem executado e apresenta ambientes adequados, porém, com relação ao lado social ela apresentou um lado negativo e outro positivo.

A penitenciária apesar de possuir mulheres como a maior parte funcionários, o que é um ponto positivo, ela apresenta atualmente uma modificação do projeto que levou a transformação da área de solário infantil para um local de trabalho para as detentas, o que gera uma discussão visto que a penitenciária deveria abranger somente detentas em regime fechado. Porém, a mesma apresenta diversos modos de socialização entre as detentas fazendo com que as mesmas mantenham o lado social ativo, o que ajuda muito durante o processo de ressocialização, quando a detenta paga sua pena e retorna à sociedade.

Fica então reiterado neste trabalho, a importância de um projeto adequado para as penitenciárias femininas com o intuito de manter a integridade das detentas e fazer com que consigam o objetivo de ressocialização das mesmas.

REFERÊNCIAS

_____. **PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS-MA – breve histórico.** Disponível em: <file:///C:/Users/55989/Downloads/PENITENCI%C3%81RIA%20DE%20PEDRINHAS-MA%20breve%20hist%C3%B3rico.pdf>

BBC News Brasil. **O controverso 'Experimento de Aprisionamento de Stanford', interrompido após sair do controle.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46417388>

BRASIL: a prisão das gangues (Temporada 2, ep. 1). **Por dentro das prisões mais severas do mundo [Seriado].** Produtora: Netflix, 2018. Disponível na plataforma Netflix (53 min.).

CASA e Jardim. **Arquitetura prisional no Brasil: como os arquitetos projetam um presídio.** Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2018/03/arquitetura-prisional-no-brasil-como-os-arquitetos-projetam-um-presidio.html>

Constituição da República Federativa do Brasil: (1995). Promulgada em 5 de outubro de 1988. 35ª Edição atualizada. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

Departamento Penitenciário Nacional. **Sobre o Levantamento Nacional.** Painel Interativo 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena C. D.V.; VENTURA, Miriam. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as previsões da maternidade.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 9, de 2 de março de 2011.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3432-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-9-de-2-de-mar%C3%A7o-de-2011>

GOFFMAN, ERVING. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva. 1961.

JUSBRASIL. **Políticas Penitenciárias Femininas.** São Paulo. Disponível em: <https://ibccrim.jusbrasil.com.br/noticias/2109990/politicas-penitenciarias-femininas>

KAWAGUTI, Luis. **Prisões-modelo apontam soluções para crise carcerária no Brasil.** São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140312_prisoos_modelo_abre_lk

LOBEL, Fabrício. **Reviravolta põe Espírito Santo como modelo contra violência em prisões.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1848387-reviravolta-poe-espírito-santo-como-modelo-contra-violencia-em-prisoos.shtml>

Massa Cinzenta. **Arquitetura Penal Obedece Diretrizes Específicas**. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/arquitetura-penal-obedece-diretrizes-especificas/>

MORAES, Cássio. **Espírito Santo: Um modelo penitenciário a não ser seguido**. Espírito Santo, 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/01/20/espírito-santo-um-modelo-penitenciario-nao-ser-seguido/>

Nações Unidas Brasil. **Artigo 5: Ninguém será submetido à tortura**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-5-ninguem-sera-submetido-a-tortura/>

NOVO, Benigno. **A Educação Prisional no Brasil**. Portugal, Porto, 2017.

NOVO, Benigno. **Sistema Carcerário Brasileiro**. Paraíba, 2017.

OLERJ. **Mulheres e Prisão - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias sobre Mulheres**. São Paulo. Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/mulheres-e-prisao-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-sobre-mulheres>

Politize!. **Sistemas Prisionais em Outros Países**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistemas-penitenciarios-outros-paises/>

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAP, Secretaria da Administração Penitenciária. **Diretrizes de Atenção à Mulher Presa**. São Paulo. Disponível em: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/db/crsc-kyu/archives/6208c81fb200c6081c054df541387c7b.pdf>

SEGREDOS do mundo. **Como são algumas celas de prisões ao redor do mundo**. 2018. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/como-sao-algumas-celas-de-prisoas-ao-redor-do-mundo/>

THOMPSON, Augusto. **A questão da penitenciária**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1980.

VEJA. **Caos em Pedrinhas persiste, segundo ONGs**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/caos-em-pedrinhas-persiste-segundo-ongs/>

WPB World Prison Brief. **World Prison Brief Data: Brazil**. Painel Interativo 2019. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/country/brazil>

APÊNDICE A

Questionário sobre a ala feminina do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Olá! Você é convidado(a) a participar da minha pesquisa sobre aspectos quantitativos e qualitativos da ala feminina da Penitenciária de Pedrinhas. Sua participação respondendo e divulgando o questionário para funcionários da penitenciária é fundamental para o êxito do trabalho. Esta pesquisa é de caráter acadêmico, onde os resultados serão mantidos em sigilo e utilizados apenas como pesquisa para meu TCC.

*Obrigatório

1. Qual o seu gênero? *

Marcar apenas uma

Feminino

Masculino

Outro: _____

2. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma

Menos de 20 anos

21 a 40 anos

41 a 55 anos

Mais de 55 anos

3. Qual seu nível de escolaridade?*

Marcar apenas uma

- Ensino Fundamental Incompleto
 - Ensino Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior Completo
 - Pós Graduação
 - Outro:
-

4. Qual é seu turno de trabalho? *

Marcar apenas uma

- Manhã
- Tarde
- Integral

5. Qual função você exerce na ala feminina da penitenciária? *

6. Há quanto tempo você trabalha na ala feminina desta Penitenciária? *

Marcar apenas uma

- Até 2 anos
- Mais de 2 anos

7. Como você vai trabalhar? *

Marcar apenas uma

- A pé
- Bicicleta
- Ônibus
- Moto
- Carro
- Outro:

8. Considerando o número de presas, você acha que o tamanho da ala feminina é: *

Marcar apenas uma

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssima

9. Você considera que o aproveitamento dos espaços da ala feminina é: *

Marcar apenas uma

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssima

10. Como é a ventilação nas áreas internas? *

Marcar apenas uma

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssima

11. As áreas externas possuem boa iluminação natural? *

Marcar apenas uma

- Sim
- Não

12. E as áreas internas possuem boa iluminação natural? *

Marcar apenas uma

- Sim
- Não

13. Você acha que o acesso a ala feminina é: *

Marcar apenas uma

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Péssimo

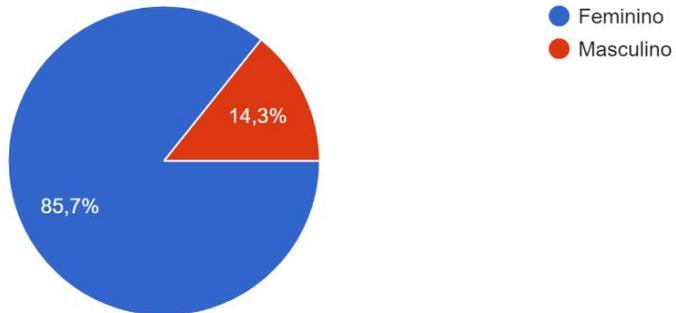
14. Na sua opinião, o número de presas é ideal para a quantidade de celas?

15. Na sua opinião, o número de celas é ideal para esta Penitenciária?

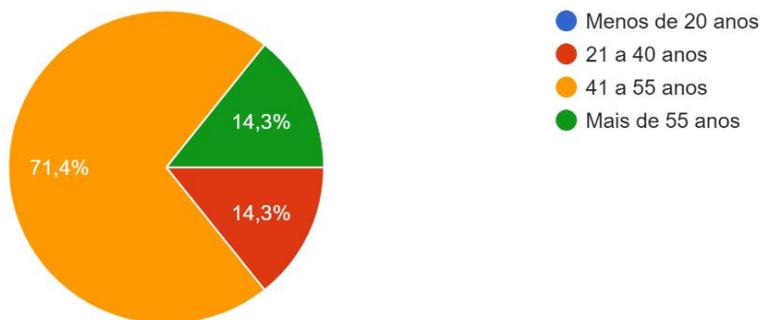
16. Quais suas sugestões para melhorar a ala feminina?

APÊNDICE B

Qual o seu gênero?



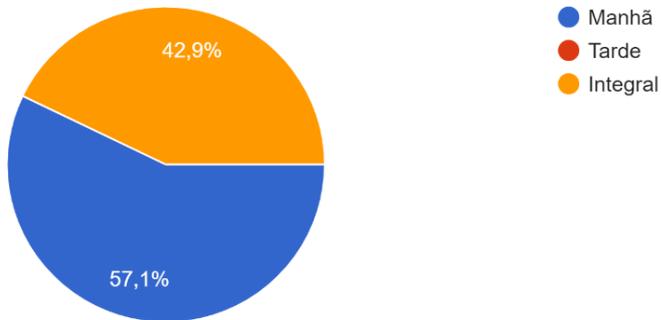
Qual sua idade?



Qual seu nível de escolaridade?



Qual é seu turno de trabalho?



Qual função você exerce na ala feminina da penitenciária?

Assistente social

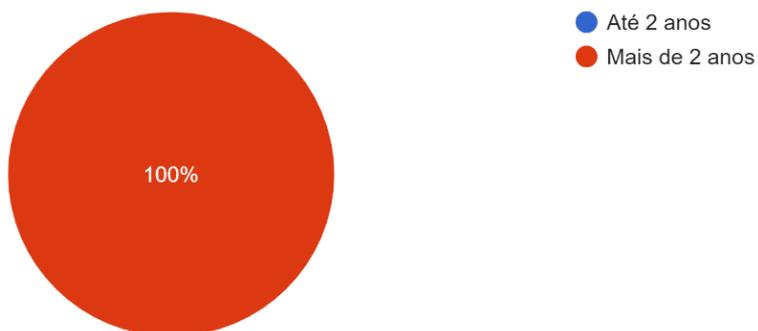
Agente Estadual de Execução penal

Trabalhei como monitora de disciplina, inspetora de disciplina e no administrativo no cartório.

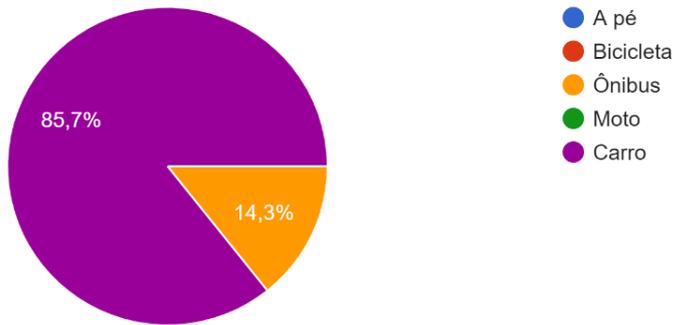
Monitora de disciplina

Exerço atualmente a função de secretaria do procedimento disciplinar interno

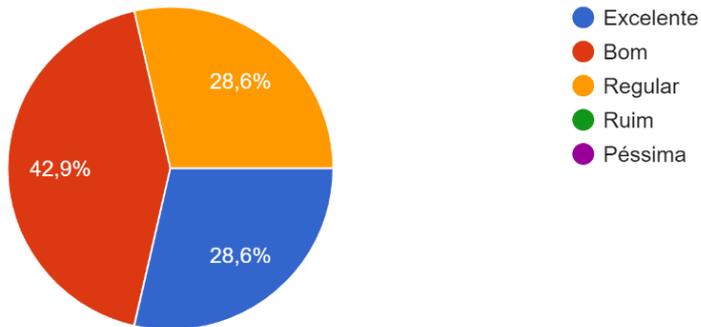
Há quanto tempo você trabalha na ala feminina desta Penitenciária?



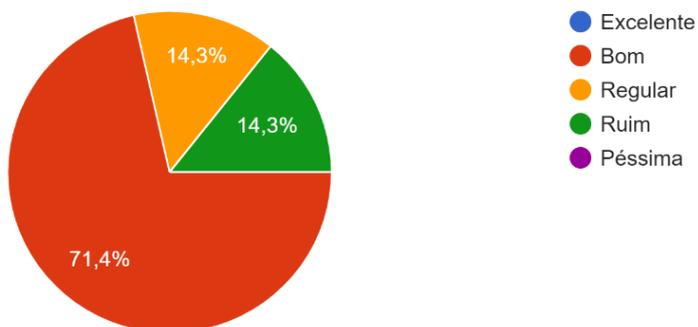
Como você vai trabalhar?



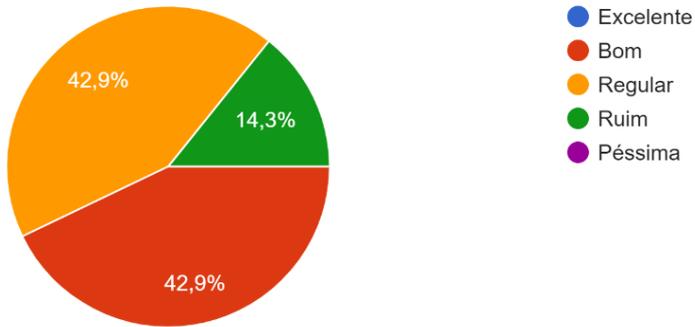
Considerando o número de presas, você acha que o tamanho da ala feminina é:



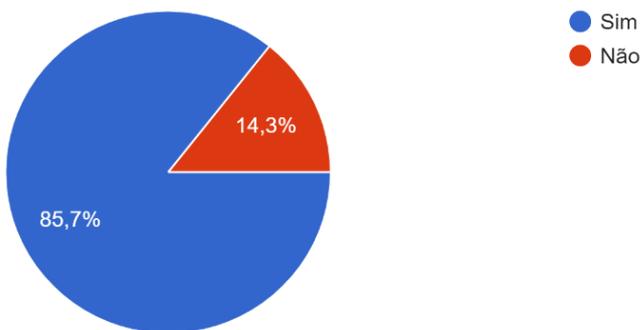
Você considera que o aproveitamento dos espaços da ala feminina é:



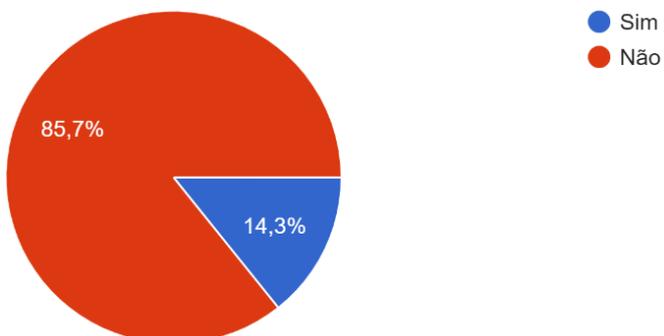
Como é a ventilação das áreas internas?



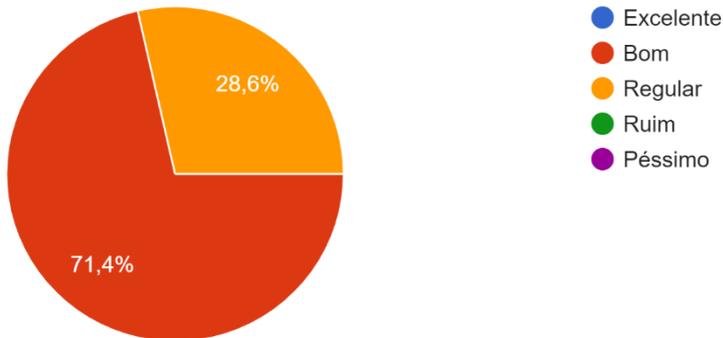
As áreas externas possuem boa iluminação natural?



E as áreas internas possuem boa iluminação natural?



Você acha que o acesso a ala feminina é:



Na sua opinião, o número de presas é ideal para a quantidade de celas?

Não

Sim, pois ainda não temos superlotação.

Na época que trabalhei lá, sim

Na sua opinião, o número de celas é ideal para esta Penitenciária?

Não

Sim.

Quando trabalhei lá, era

Quais suas sugestões para melhorar a ala feminina?

A construção de uma nova penitenciária, voltada para presas condenadas no regime semiaberto. Isso, devido à muitas presas condenadas no regime semiaberto estarem cumprindo pena no regime fechado, ou seja, cumprindo sua pena em regime mais gravoso...

Um presídio para as sentenciadas no semi aberto

Ampliar os espaços nas celas

Construir mais celas e arejadas

ANEXO

RAIO 09 - TORRE DE OBSERVAÇÃO
ÁREA: 40,72m²

UPR FEMININA DE SÃO LUÍS

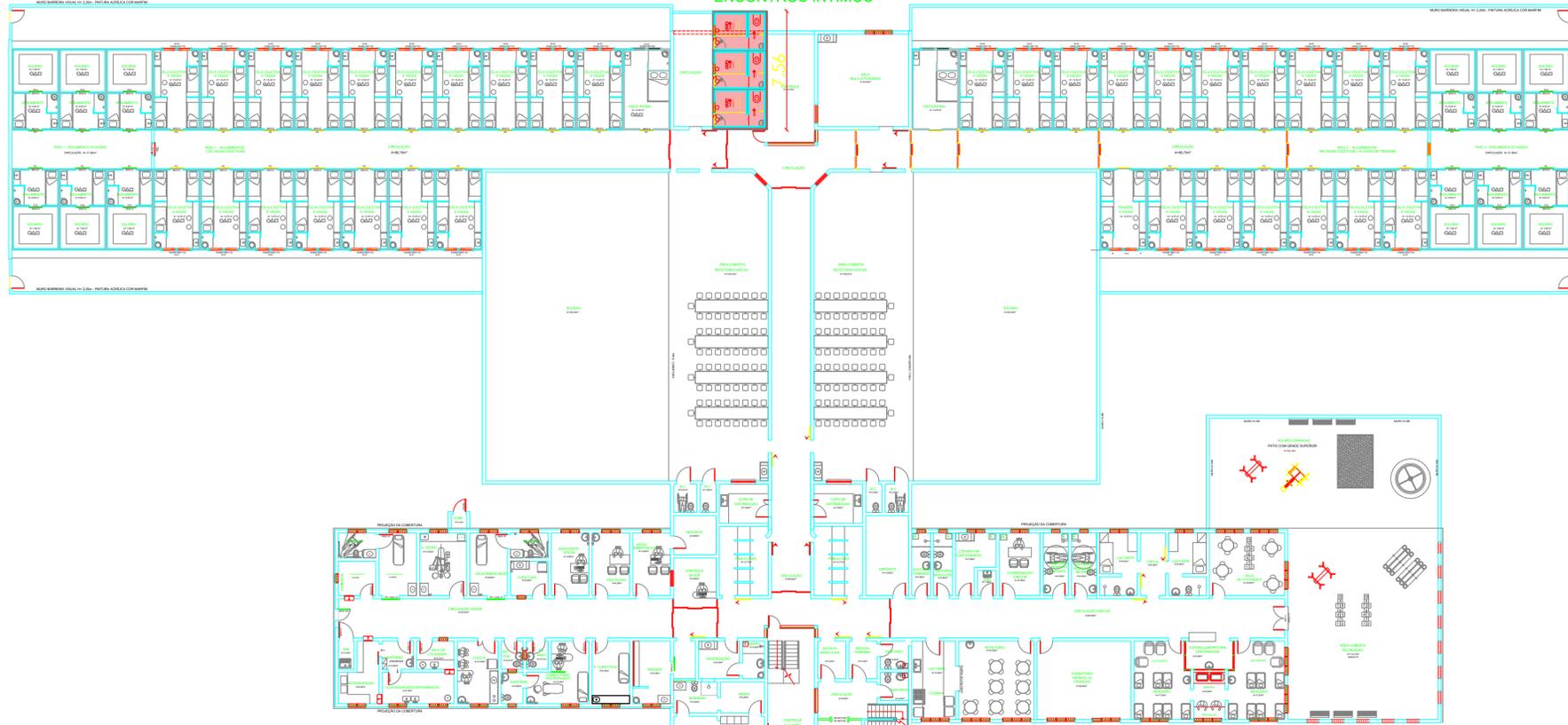
PENITENCIÁRIA FEMININA 204 VAGAS + 2 CELAS DE VISITA ÍNTIMA - 12 VAGAS DE ISOLAMENTO
ÁREA PRÉDIO PRINCIPAL TERREO: 2.797,57 m²

RAIO 1 - PLANTA BAIXA TERREO
CELAS COLETIVAS / INDIVIDUAIS / VISITA ÍNTIMA
TERREO - ÁREA= 480,50m²

RAIO 5 - PLANTA BAIXA TERREO
ÁREA DE VIVÊNCIA DO PRESO / INCLUSÃO / TRAGEM / ACESSO
TERREO - ÁREA= 1.179,00m²
VIA PARA RONDA (BRITA)

RAIO 2 - PLANTA BAIXA TERREO
CELAS COLETIVAS / INDIVIDUAIS / VISITA ÍNTIMA / TRAGEM
TERREO - ÁREA= 480,50m²

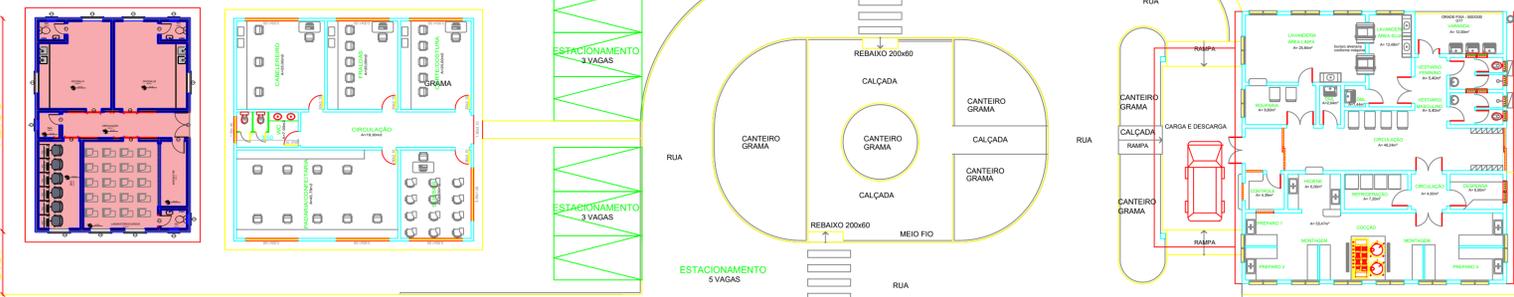
2,55 3,46 9,10
ENCONTROS ÍNTIMOS
7,56



RAIO 4 - CRECHE
TERREO - ÁREA=525,24m²

6,07 8,72 2,51 13,60
GALPÃO MULTIUSO
12,06
3,57

RAIO 11 - PAVILHÃO DE SERVIÇO (LAVANDERIA/COZINHA)
ÁREA=278,55 m²



RAIO 05 - GUARITA GERAL
ÁREA: 9,00m²



RAIO 09 - TORRE DE OBSERVAÇÃO
ÁREA: 40,72m²



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
TÍTULO: **IMPLANTAÇÃO 1 GALPÃO MULTIUSO / 1 MÓDULO ENCONTRO ÍNTIMO**
LOCAL: **UPR FEMINA - SÃO LUÍS/MA**

RESP. TÉCNICO:
ANA CAROLINE MARTINS
CAU 212905-1
DATA: **JUL/2019**

Nº PRANCHAS
01/01
ESCALA:
1 : 200

UPR FEMININA DE SÃO LUÍS

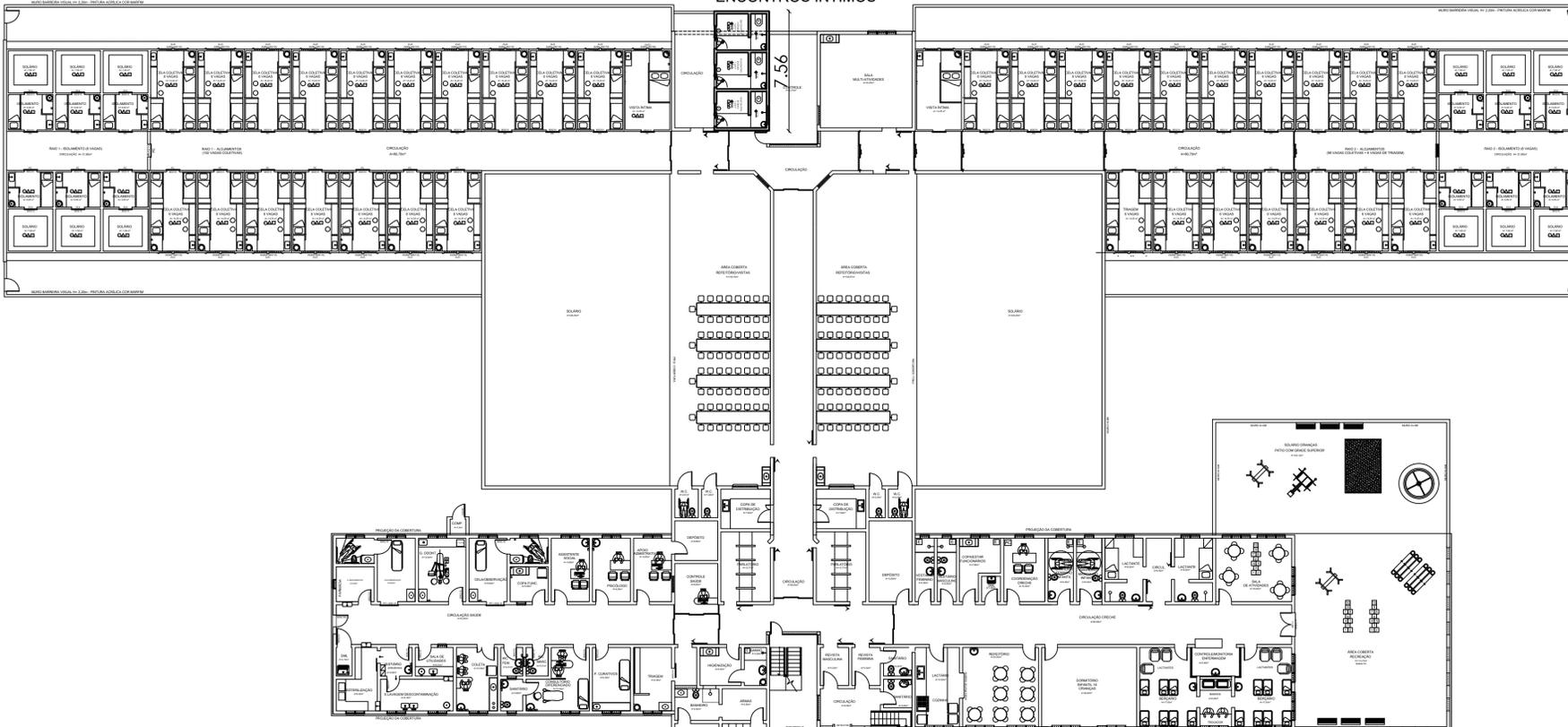
PENITENCIÁRIA FEMININA 204 VAGAS + 2 CELAS DE VISITA ÍNTIMA - 12 VAGAS DE ISOLAMENTO
ÁREA PRÉDIO PRINCIPAL TÉRREO: 2.797,57 m²

2.55 3.46 9.10
ENCONTROS ÍNTIMOS

RAIO 1 - PLANTA BAIXA TÉRREO
CELAS COLETIVAS / INDIVIDUAIS / VISITA ÍNTIMA
TÉRREO - ÁREA= 480,50m²

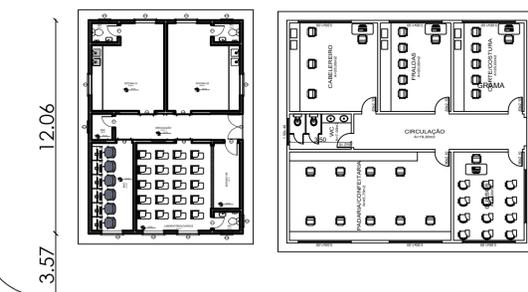
RAIO 5 - PLANTA BAIXA TÉRREO
ÁREA DE VIVÊNCIA DO PRESO / INCLUSÃO / TRAGEM / ACESSO
TÉRREO - ÁREA= 1.179,00m²
VIA PARA RONDA (BRITA)

RAIO 2 - PLANTA BAIXA TÉRREO
CELAS COLETIVAS / INDIVIDUAIS / VISITA ÍNTIMA / TRAGEM
TÉRREO - ÁREA= 480,50m²



6.07 8.72 2.51 13.60

GALPÃO MULTIUSO

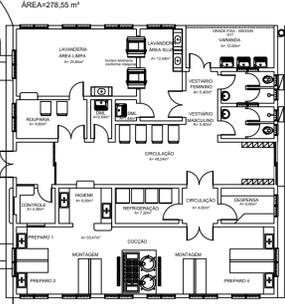


ESTACIONAMENTO 4 VAGAS

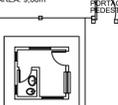
ESTACIONAMENTO 3 VAGAS

ESTACIONAMENTO 5 VAGAS

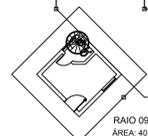
RAIO 11 - PAVILHÃO DE SERVIÇO (LAVANDERIA/COZINHA)
ÁREA=278,55 m²



RAIO 06 - GUARITA GERAL
ÁREA: 9,00m²



RAIO 09 - TORRE DE OBSERVAÇÃO
ÁREA: 40,72m²



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
TÍTULO: **IMPLANTAÇÃO 1 GALPÃO MULTIUSO / 1 MÓDULO ENCONTRO ÍNTIMO**
LOCAL: **UPR FEMINA - SÃO LUÍS/MA**

RESP. TÉCNICO:
ANA CAROLINE MARTINS
CAU 212905-1
DATA: **JUL/2019**

Nº PRANCHAS
01/01
ESCALA:
1 : 200